



Comunal

Encantamentos latino-americanos para a organização coletiva

Georgia Haddad Nicolau

Este trabalho faz parte do processo realizado durante meu ano de bolsista no Atlantic Fellows for Social and Economic Equity, no período de 2020 a 2021, na London School of Economics.

Escrita, Escuta e Pesquisa: Georgia Haddad Nicolau

Mentoria: Bianca Santana e Armine Ishkanian

Revisão: Maíra Cammarano

Tradução em inglês: Alexander Dejonghe e Gabriela Alejandra Testa

Tradução em Espanhol: Juan Carlos Urbina

Transcrição: Mariel Zasso, Cristina Cavalcanti, Mariana Lettis e Caroline Borges

Direção de Arte: Audrey Tigre

Ilustrações: Bárbara Quintino

A todas as pessoas que generosamente me contaram suas histórias. Aos movimentos sociais, populares, indígenas, afro-diaspóricos e de trabalhadores rurais na América Latina. Àqueles que permanecem vivos e àqueles que perderam suas vidas em defesa do Comum.

Aos que dia após dia constroem mundos e criam realidades. Aos guardiões, cuidadores e tecelões de pessoas, memórias e vida. Aos encantados. Aos mistérios.

Aos que acreditam e aos que agem.

Ao vento, à água, ao fogo, à terra e ao ar.

AGRADECIMENTOS

A toda a equipe e meus companheiros da Atlantic Fellows for Social and Economic Equity pelo conhecimento compartilhado e pelo apoio mútuo.

Às minhas generosas mentoras Armine Ishkanian e Bianca Santana por compartilharem comigo conhecimentos e palavras de incentivo.

A Gisela Haddad, Paulo Nicolau, Guilherme Nicolau e Felipe Nicolau por todo amor, carinho e apoio.

A Pedro Telles, o melhor parceiro para estar, sonhar e agir. Pelo riso, amor e apoio.

A Rodrigo Savazoni e Marília Guarita por serem meu cimento e meus maiores incentivadores.

A Marina Pereira, Simone Oliveira, Victor Sousa, Luiza Xavier, Silmara Baron, Fabrício Freitas, Marina Paes, Breno Garcia e Juliana Freitas. A toda equipe do Instituto Procomum, por ser o começo, o meio e o começo de tudo.

A Julie Lua, Taynara Dias, Vilene Lacerda, Andrey Haag, Luciana Da Cruz e por meio deles todas as pessoas da rede do Instituto Procomum, que me ensinam todos os dias o quão ilimitada é nossa capacidade de compartilhar sonhos e transformar realidades, por mais duras que sejam.

A Nazira, Sada, Salime, Zakie, Wadyha, Linda, Gisela, Marina, Lenira, Denise, Monica, Margareth, Camille, Isabella, Isadora, Laura, Thais, Adriana, Flávia e Fernanda, as mulheres da minha família, o começo.

A Lia Rangel (in memoriam), Bianca Santana, Andressa Vianna, Daniela Silva, Dalva Santos, Juliana Nolasco e Bruna Silveira.

A Ciça Carvalho, Carol Junqueira, Camila Hungria, Mariana Gholmia, Andréa Coutinho e Deborah Piha.

A Carlota Mingolla, Daniela Teixeira, Beatriz Pedreira, Ana Neca, Jonaya de Castro, Carô Evangelista e Gabriela Juns.

A Graciela Selaimen e Lúcia Nader.

A Laura Moraes, Carolina Munis, Julia Bolliger e Rafaela Antoniazzi.

A Bárbara Trugillo, Malu Andrade, Thiago Carrapatoso e Miguel Peixe.

A Marina Pita, Bel Mercês, Alessa Camarinha, Raiana Ribeiro, Julia Chequer, Julia Dietrich, Ana Straube, Joana Penteado e Jaque Nikiforos.

A Ricardo Ruiz, Gilberto Vieira e Clara Sacco.

A Gut Simon, Lukas Doraciotto, Juliana Calderón, Julia Bolliger e Audrey Tigre.



“Epistemes e cosmologias indígenas e negras – um salto para o encanto (se os pés estiverem bem firmados). As formas não eurocêntricas de perceber e narrar o mundo nos concedem o saber ancestral, a percepção do presente e as imaginações para um futuro desatado do nó colonial.

São sistemas, linguagens, materialidades e movimentos com os quais podemos aprofundar conhecimentos. Não há como se desenvolver sem o uso de recursos próprios, já dizia o filósofo burkinabé Joseph Ki-Zerbo. Aqui, desenvolvimento está ligado à ideia de um aproveitamento ótimo do que temos, almejando frutificar, e não esgotar.”¹

Luciane Ramos Silva

¹ Luciane Ramos Silva. Saber de si e se encantar. In: Instituto Procomum. (DES)Fazenda: o fim do mundo como o conhecemos. Instituto Procomum, 2020. Disponível em: <<https://issuu.com/institutoprocomum/docs/desfazenda>>. Acesso em: 22 set. 2021.>

É também porque estamos vendo que as árvores estão crescendo.

Sim, é uma imagem muito significativa. Porque dá muita emoção. Porque é emocionante voltar aos lugares onde quase juramos que devido à pandemia, as árvores não estariam mais lá. Porque a terra não era rica o suficiente para lhe dar. Não tem chovido tanto, ou seja, tínhamos em mente um imaginário ou uma imagem desastrosa do lugar. E voltar lá, e ver que já estavam muito mais altos que nós, foi muito emocionante. Sua pele vibra novamente e você diz “Ah! Vamos fazê-lo mais um ano! Né?”

I.E, ativista mexicana, guardiã da terra e apicultora

SUMÁRIO

- 1 APRESENTAÇÃO
- 2 INTRODUÇÃO
- 3 NOTA METODOLÓGICA
- 4 PENSAR COMUM
- 5 FAZER-COMUM
- 6 QUATRO APRENDIZADOS SOBRE ORGANIZAÇÃO
COLETIVA PARA A MUDANÇA SOCIAL
- 7 FUTURO COMUM
- 8 REFERÊNCIAS



1. Apresentação

Se é verdade que nos vemos sem saída diante de um sistema econômico que permite a concentração de renda e poder nas mãos de muito poucos, essa própria lógica de exclusão, desigualdade e escassez produz formas de existência que sustentam a vida da maioria das pessoas. São tecnologias de convivência e organização coletiva que merecem visibilidade e reconhecimento. Este trabalho reúne histórias, práticas e pensamentos que nos trazem um repertório de possibilidades de formas de nos organizarmos coletivamente para construirmos um lugar que permita a todos os seres vivos o direito à vida em sua plenitude.

A esse conjunto de práticas políticas e de aprendizagem de estruturas **coletivas de organização, formas de se relacionar e endereçar coletivamente necessidades e problemas, damos o nome de Comum.**

Este é um trabalho escrito por uma pessoa que acredita que as mudanças são possíveis e que elas também acontecem, e muito, no presente, na presença e na prática. Mas isso só é possível a partir da ação coletiva, que **enfrenta dois desafios principais e conectados. O primeiro é a descoletivização da ação:** nossa imaginação foi tão capturada que nem sequer conseguimos pensar em possibilidades e saídas fora de uma trajetória individual, do consumo ou da relação burocratizada do Estado. **O segundo desafio é que acreditar e optar pela ação coletiva não a torna menos complexa e cheia de contradições.**

Estamos vivendo um mundo com crises simultâneas e colapsos generalizados. Tudo está em xeque, incluindo o conhecimento científico, as instituições políticas e, alguns diriam, a própria existência humana. Na verdade, quase tudo está em xeque: o sistema financeiro e a acumulação da riqueza por uma oligarquia vão de vento em popa. Segundo um relatório da Oxfam Brasil de 2021³, os 1.000 maiores bilionários do mundo levaram apenas nove meses para ver suas fortunas retornando aos níveis pré-pandemia, enquanto a recuperação dos mais pobres pode levar mais de uma década. Além disso, a violência de gênero e o desemprego entre mulheres cresceram e, ainda hoje, quem mais morre de covid-19, uma doença que a esta altura já tem vacina, são os negros e os mais pobres, que no Brasil e em outros países latinos são também, em sua maioria, não brancos. Enquanto isso, os 10 homens mais ricos do mundo, todos brancos, acumularam cerca de US \$500 bilhões desde que a pandemia começou, uma quantia que é mais do que suficiente para custear vacinas contra a covid-19 para toda a população mundial.

³ Oxfam Brasil. O vírus da desigualdade. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

E eu poderia seguir infinitamente com dados que expressam histórias de injustiças centenárias refletidas em violências reproduzidas sistematicamente e muitas vidas interrompidas.

Não se pode mais falar de passado, presente ou futuro sem falar do terror colonial, que segue em curso em quase todo o mundo. A história da acumulação primitiva, que possibilitou a industrialização dos países europeus, não pode ser compreendida em sua integridade se não for contada também pelo ponto de vista dos que foram desumanizados, escravizados, colonizados, aniquilados e tiveram suas terras invadidas e pilhadas. Os povos originários que habitavam a América Latina – muito antes de este território ser assim chamado – seguem tendo que se defender não só dos governos locais, e de ações ilegais de extrativismo como garimpeiros e madeiros, apoiados por uma milícia estatal, como da exploração e do cercamento por empresas multinacionais de capital aberto e das alianças entre o Estado e os agentes do mercado.

Com Gayatri Chakravorty Spivak⁴, aprendi que privilégio é uma forma de insulamento, ao qual eu adiciono a ignorância. Quanto mais privilegiado se é, menos se consegue perceber o mundo, ou alargá-lo. A teoria do ponto de vista⁵ (Standpoint Theory), perspectiva de análise criada por acadêmicas feministas negras como Patricia Hill Collins, propõe que, ao ouvirmos os subalternizados, historicamente excluídos, temos mais possibilidades de entender o mundo.

Por isso, neste trabalho, partir das vivências e dos saberes de quem fala, mas não é escutado, é uma forma de construir o Comum. As histórias que aqui se apresentam compõem pontos de vista e vivências que não se propõem totalizantes, mas traçam e tramam experiências coletivas e comunitárias de organização.

Mesmo com tanta violência e injustiça, há vida. E muita, muita sabedoria. Este trabalho caminha por esses lugares de experiência, existência, encantamento e resistência que não somente se opõem à violência e às desigualdades provocadas pelo sistema neoliberal, mas que, ao existirem, **constroem outras realidades. Ao entrar em contato com oito experiências de construções coletivas na América Latina, ouvi histórias de mundos em que cabem muitos mundos.**

4 Gayatri Chakravorty Spivak. The Intervention Interview. Southern Humanities Review, Auburn, v. 22:4, fall 1988, p. 323-342.

5 Teoria do ponto de vista. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_ponto_de_vista>. Acesso em: 21 set. 2021.





Posiciono as práticas inventariadas neste trabalho como a antítese do terror colonial: são práticas humanizadoras. Construtoras de belezas. Não pretendo me aprofundar nas teorias do colonialismo em suas muitas abordagens como o pós-colonial, o descolonial ou o decolonial. A proposta é apresentar formas de existir no mundo que desviam de um pensamento único, da monocultura capitalista, partindo de conceitos-práticas anti-hegemônicas que enfatizam a potência da política do dia a dia e da atuação em rede: o Comum, a Política Prefigurativa, o Bem Viver, o Quilombismo, o Axé, a macumba.

Nas entrevistas que fiz, encontrei uma diversidade de estruturas, práticas e formas de compreensão do mundo que **são mundos que já existem e estão sendo criados e gerados a todo momento, aqui e agora.**

Faço um convite para que nós, que estamos insatisfeitos com o mundo e queremos provocar mudanças ou que já o fazemos, possamos nos inspirar nos ensinamentos aqui compartilhados e nos lançar mais ao experimentalismo e às formas coletivas de produção e reprodução da vida e de engajamento político. **Em nossos contextos ou em nossas vivências, que presentes essas práticas inspiram e que futuros essas experiências apontam? O que podemos aprender com elas?**

2. Introdução

Para a escrita deste texto, escutei nove pessoas integrantes de oito experiências coletivas diferentes. São lideranças e participantes de movimentos, organizações e grupos organizados para promoção de direitos dos povos indígenas, direito à moradia, direitos das mulheres e das mulheres negras, direito e proteção à terra, direito à soberania alimentar e à subsistência. Experiências coletivas e comunitárias que, de alguma maneira, constroem realidades e possibilidades de existência em um sistema vigente econômico e social que funciona para muito poucos.

A maioria das pessoas entrevistadas são mulheres. Elas residem no Brasil, no Peru, na Colômbia, na Argentina e no México. Suas idades variam entre 28 e 61 anos. São pessoas que dedicam suas vidas a trabalhar coletivamente para a resolução de problemas e necessidades compartilhadas, ao mesmo tempo em que combatem desigualdades e transformam realidades. Nas conversas, me interessou particularmente entender suas motivações, seus desafios e suas formas de organização, resolução de conflitos e tomada de decisões.

Defendo que além da luta e da defesa de direitos sociais e humanos, essas práticas inventam modos de existir e de se organizar que antecedem a própria ideia de direitos, prefigurando uma vida possível. **Ao fazer determinadas escolhas de modos de vida, essas coletividades abrem caminhos de aprendizagem e expansão de mundos que geram novas escolhas e novos aprendizados, em um movimento circular e que é ancorado na ação e na prática.**

Daí, a presença do conceito de Política Prefigurativa, utilizado em análises de movimentos sociais e ativismos. Como proposto por Carl Boggs (1977) e aprofundado por Marianne Maeckelberg (2011), a expressão refere-se à busca por uma prática política em que não basta querer mudar a política macro se não olharmos para nossas próprias relações e formas de fazer no dia a dia. **Essa forma aproximada de fazer política, de entender a vida, permeia todo este trabalho.**

Para auxiliar na ampliação de repertórios e análises, dialoguei com as experiências escutadas e com pensamentos, teorias e cosmovisões que possibilitaram abrir caminhos diferentes da ideologia neoliberal vigente.

Situando a conversa no contexto latino-americano, o convite é olharmos para filosofias e propostas epistêmicas que não são alternativas propriamente ditas,

já que são a própria vida de muitas pessoas. Nesse sentido, abordo brevemente o Bem Viver, o Quilombismo e o Axé como sistemas organizadores que nos ajudam, e muito, a perceber que podemos e devemos nos esforçar para expandir nossa visão sobre as diferentes formas de vida e nossa experiência com elas.

Trago a estadunidense Elinor Ostrom (1990), com sua abordagem institucionalista da governança dos bens-comuns, que deu grande contribuição ao afirmar, depois de anos de pesquisas empíricas, que recursos geridos coletivamente podem ser muito mais bem-sucedidos ao serem governados por comunidades locais, sem a necessidade de um poder central ou um agente privado externo.

Construindo a partir de Ostrom, mas ampliando as referências, a dupla de ativistas Silke Helfrich e David Bollier (2019), alemã e estadunidense, contribui com sistematizações feitas com base em exemplos práticos e categorias relacionadas às organizações que, segundo eles, cada vez mais pessoas utilizam para se emancipar de um sistema predatório baseado na dualidade Mercado/Estado, convocando-as a assumir o controle de suas vidas.

Desde o México, Raquel Gutierrez (2015) nos oferece um pensamento sobre o Comum elaborado a partir de seu ativismo junto com as populações indígenas e camponesas latino-americanas, mostrando um Comum pautado por lutas populares e coletivas em defesa do território, mas que também sustenta permanentemente a vida a partir das tramas comunitárias.

Os franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2017) trazem o Comum como uma revolução que gera novas formas democráticas, uma alternativa à racionalidade global construída pelo neoliberalismo. A partir dessa proposição, soma-se ao significado do Comum, além de uma organização das lutas anticapitalistas e de uma forma de governo coletivo de recursos, **uma proposta de agenda política.**

Este texto está dividido entre a Apresentação, esta Introdução e mais seis partes. Na Nota metodológica, exponho os critérios que utilizei para as entrevistas e os diálogos teóricos, além de apresentar um breve perfil de cada pessoa entrevistada. Em Pensar Comum, apresento as principais interlocuções teóricas e inspirações filosóficas que me acompanharam no processo. Em Fazer-Comum, adentro um pouco mais cada uma das experiências, para que o leitor possa ter mais contexto. Em Quatro aprendizados sobre governança e ação coletiva, sistematizo o que considero ser os principais aprendizados e, por fim, caminhos

para um Futuro Comum, e terminando com as Referências.

Acredito que o conjunto de práticas e ideias do Fazer-Comum e do Pensar Comum prefigura uma forma de coexistir em um mundo que nos faz crer que apenas uma única forma de existir é válida e que essa forma passa pelo acúmulo de riqueza econômica e material – o que cada vez mais só é possível para pouquíssimos, como já vimos –, baseada na ideias de que o desenvolvimento é uma linha reta, um resultado do progresso econômico, sustentado por ideias de um Mercado que se autorregula e um Estado que cuida do resto⁶. Somo, aqui, a minha voz às muitas vozes que desafiaram e desafiam essa lógica.

⁶ Thomas Friedman, jornalista e colunista do jornal The New York Times, um importante ideólogo do capitalismo global de mercado, escreveu o trecho transcrito a seguir em 1999, em que apresenta uma receita de bolo para o neoliberalismo, defendendo que essa forma de viver seria "tamanho único": "Quando se trata da questão de qual sistema é mais eficaz para elevar os padrões de vida, o debate histórico acabou. A resposta é o capitalismo de livre mercado [...]. Quando seu país reconhece este fato, quando reconhece as regras do mercado livre na economia global de hoje, e decide respeitá-las, coloca o que chamo de camisa de força de ouro [...]. Thatcher e Reagan se combinaram para retirar grandes pedaços de economia do poder de decisão do Estado, dos defensores da Grande Sociedade e da economia keynesiana tradicional, e entregá-los ao livre mercado. [...] Infelizmente, esta camisa de força dourada é praticamente "tamanho único". Portanto, ela belisca certos grupos, pressiona outros e mantém a sociedade sob pressão para otimizar constantemente suas instituições econômicas e melhorar seu desempenho. Nem sempre é bonito ou confortável. Mas está aqui e é o único modelo em estoque nesta temporada histórica." Trecho extraído de The Golden Straitjacket Friedman, T. (2000). The Golden Straitjacket. In: The Lexus and the Olive Tree (p. 101-111). New York, NY. Anchor Books. Tradução da autora.

3. Nota metodológica

Como defender outras formas de vida diante de tantas derrotas e fracassos?

Fazemos parte de um sistema que privilegia a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos e que limita nossa capacidade de sonhar e de acreditar que um mundo justo e igualitário é possível. Mas há quem acredite, trabalhe, pense e se engaje mesmo com os fracassos e as derrotas, e até mesmo por causa deles. Fui então perguntar a essas pessoas que constroem comunidades e organizações coletivas implicadas em mudanças como e por que se organizam, quais regras são criadas e como resolvem conflitos, em busca de respostas e possíveis categorias que ajudassem outras pessoas e organizações. Para dialogar com elas, trouxe conceitos e filosofias que expandem nossa percepção para além das grandes teorias únicas e totalizantes.

Depois de fazer as entrevistas e as leituras teóricas, um dos principais desafios foi produzir categorias e sínteses. A diversidade é muito grande, e os aprendizados e os modelos são singulares. Reforçando o que muitos pesquisadores dizem, incluindo Ostrom (1999), Gutierrez (2015), Helfrich e Bollier (2019): cada Comum é único e situado; portanto, não há como construir padrões a priori. É possível, porém, propor caminhos de análise, e foi isso o que eu fiz.

Como não pude escutar todo mundo que gostaria, optei por fazer um recorte que levasse em conta a diversidade de perfis, contextos, territórios, vivências e propósitos, assim como mesclasse experiências rurais e urbanas. A disponibilidade de tempo no momento das entrevistas também influenciou o percurso. Elas aconteceram majoritariamente no primeiro semestre de 2021.

Como o trabalho é também resultado da minha participação no programa de fellows 2020/2021 da Atlantic Fellows for Social and Economic Equity, tive um prazo entre fevereiro e setembro de 2021 para a elaboração e a finalização deste texto. Por conta da pandemia de covid-19 e das distâncias geográficas, as entrevistas foram realizadas de maneira virtual em um aplicativo de videoconferência, tendo sido gravadas e posteriormente transcritas.

Meu desejo era estampar em jornais, revistas e mundo afora o rosto e as histórias de cada uma e cada um, mas, em conjunto com a coordenação do programa, optei pela anonimização dos nomes neste estágio do trabalho.

Fiz essa escolha para criar um espaço de confiança para as pessoas entrevistadas e possibilitar a abordagem dos conflitos, dos limites e das muitas dificuldades que permeiam as coletividades. Não descarto a continuidade deste trabalho

em outros formatos em um futuro próximo, mas, por ora, usarei suas iniciais para indicar suas falas.

Segue um quadro com algumas informações sobre cada um e cada uma.



Pessoa entrevistada	idade	gênero	etnia	atuação principal	nacionalidade
L. H.		mulher	branca	facilitadora, acadêmica	alemanha
I.E.	36	mulher	mestiça	ativista, guardiã, meliponicultora	méxico
C. S.	61	mulher	negra	líder de movimento social, ativista, política	brasil
J. G.	34	mulher	negra	militante	brasil
C. P.	36	mulher	branca	acadêmica, ativista	argentina
W. P.	60	homem	indígena	liderança indígena e defensor ambiental	peru
L. P.	36	mulher	indígena	ativista e liderança indígena	colômbia
I.W.	28	mulher	branca	militante, associada da cooperativa, mestranda, acadêmica	brasil
M. L.	50	mulher	negra	liderança comunitária	brasil

4. Pensar Comum

“Ou escutaremos e falaremos com outras vozes ou nos calaremos para sempre.”⁷

Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino

Olhar para um lado, olhar para o outro, e ver um mar de mulheres iguais à gente, assim, um mar mesmo, no horizonte eram mulheres negras, eu não conseguia ver onde terminava a marcha, onde começava e onde terminava, você não conseguia ver. E isso teve um impacto na minha subjetividade muito grande e eu percebi que na subjetividade de muitas mulheres que tiveram ali... as mulheres que conseguiram parar dois segundinhos para olhar se impactaram de um jeito irreversível, nesse sentido de a gente se reconhecer e de entender a potência que a gente é e que de fato nós somos tantas.

J. G.

Essa citação é de uma das entrevistadas para este trabalho, uma mulher negra, brasileira e militante do movimento negro. Começo com a imagem que ela descreve, que indica a potência de se reconhecer muitas. Nesta parte do trabalho, vou fazer aproximações entre conceitos e práticas que se inserem na proposta do Comum como uma forma de organização coletiva que pode melhorar e mudar o mundo enquanto se realiza.

Aqui, o Comum será usado com o sentido de fazer-comum e comunhar, que é a minha tradução para o commoning, termo do inglês extraído da frase “there is no commons without commoning”, do historiador Peter Linebaugh (2009). Em português, a frase pode ser traduzida como “não há Comum sem comunhar”. A ela, acrescento, de vez em quando, que também não há Comum sem caminhar, trazendo o sentido de movimento, para além dos sentidos de encontro e união.

Além de uma forma de organização prefigurativa, neste trabalho, o Comum será usado como um ação que não existe sozinha, mas apenas em relação. Uma aliança prática e conceitual que reúne elementos da economia política, da Política Prefigurativa dos movimentos antiglobalização, das práticas e das teorias feministas, principalmente das feministas negras, dos pensadores e dos filósofos indígenas e afro-diaspóricos e das formas comunais de organização popular na América Latina.

⁷ Trecho da sinopse do livro Flecha no tempo, de Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino.

Raquel Gutierrez, matemática, filósofa, socióloga e ativista mexicana diz que tramar comunidades, ou seja, construir o Comum, implica cultivar proximidades e gerir distanciamentos. Sua reflexão traz um elemento-chave: **construir uma comunidade não é sobre gostar de todo mundo nem sobre pensar igual**. Gutierrez fez parte de momentos importantes do continente latino-americano. Participou da fundação do Exército Guerrilheiro Aymara Tupac Katari (EGTK), na Bolívia, foi presa por cinco anos e esteve diretamente envolvida na chamada Guerra da Água, levante popular em defesa da água como um bem comum que ocorreu em Cochabamba, nos anos 2000. Um marco que, assim como o surgimento do Movimento Zapatista, influencia e inspira até hoje as lutas populares globais e seu imaginário. Hoje, Raquel é professora e pesquisadora da Universidade Autônoma de Puebla (México) e é uma das coordenadoras do grupo *Tramas Comunitárias e Formas do Político*, cujas duas edições da revista *El Apantle*⁸ foram interlocuções importantes nesta investigação.

O Comum de Gutierrez é um agir político desde as comunidades indígenas e populares da América Latina. Sua investigação se centra nas lutas recorrentes que ocorreram e seguem ocorrendo e que procuraram estabelecer limites à ação desapropriadora e privatizante do capital mais poderoso. Mas ela também se dedicou aos esforços de registrar e pesquisar o que dá pé, observar termos de controle social da riqueza recuperada ou protegida – seja a cultura, a memória, a água, a floresta ou os hidrocarbonetos. Em uma entrevista ao periódico *Página 12*, de 2013⁹, Raquel diz: **“O Comum não é uma categoria classificatória que se refere à propriedade, mas é uma ideia-força central da reorganização da convivência social”**.

Compreendo que refletir sobre a convivência é essencial para pensarmos um mundo democrático e construído a partir das diferenças, e não que as aniquile. Conviver é precisar tomar decisões e estabelecer conversas e negociações. Negociar é aqui entendido como a troca simbólica do dar-receber-devolver, aberta ao encontro e à luta na diversidade, como propõe Muniz Sodré em *Pensar Nagô*. Nesse livro, Sodré refere-se à filosofia nagô como uma filosofia “de negociação”, acrescentando que os nagôs¹⁰, como os antigos helenos, sempre foram grandes negociantes.

8 A primeira edição, ¿Común para qué? El Apantle – Revista de Estudios Comunitarios, n. 1, out. 2015, está disponível em: <<https://horizontes-comunitarios.files.wordpress.com/2017/01/elapantle.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2021. A edição número 2, ¿Común cómo? Lógicas y situaciones El Apantle – Revista de Estudios Comunitarios, n. 2, 2016, está disponível em: <<https://horizontescomunitarios.wordpress.com/2017/07/31/el-apantle-ii-comun-como-logicas-y-situaciones/>>. Acesso em: 22 fev. 2022. 9 Raquel Gutiérrez Aguilar. Reconstruir el sentido común disidente. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-222975-2013-06-25.html>>. Acesso em: 24 set. 2021. Raquel Gutiérrez Aguilar. Reconstruir el sentido común disidente. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-222975-2013-06-25.html>>. Acesso em: 24 set. 2021. Raquel Gutiérrez Aguilar. Reconstruir el sentido común disidente. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-222975-2013-06-25.html>>. Acesso em: 24 set. 2021.

Como nos conta C. S.,

Tem dois tipos de política: tem a política partidária e tem a política do viver, né? Então o que resolve é essa política [do viver], porque você tem que fazer política, você tem que saber negociar, você tem que saber a hora que você recua, você tem que saber a hora que você adentra, você tem que fazer articulação.

Boa parte do pensamento econômico dominante, que determina as políticas econômicas globais, é baseada na crença de que os seres humanos são incapazes de cooperar para a gestão de determinado recurso ou processo e para a produção de soluções. Por isso, é tão importante o trabalho da primeira mulher e uma das únicas duas mulheres que ganhou, até hoje, o prêmio Nobel de Economia, Elinor Ostrom, em 2009.

Filha da época da Grande Depressão dos Estados Unidos (1929), Ostrom nasceu em 1933 na cidade de Los Angeles e cresceu aprendendo a plantar vegetais no quintal e a costurar roupas para os soldados que iam à guerra. Primeira da família a frequentar uma universidade, a pesquisadora fez carreira nas Ciências Políticas e abriu caminho, junto com seu companheiro Vincent Ostrom, para uma rede de pesquisadores que, ao invés de escreverem sobre Economia fechados em suas salas, foram a campo escutar e observar as pessoas, viver entre elas e coletar dados empíricos sobre como as comunidades se auto-organizavam em torno de atividades como gestão da água, pastos ou atividades de pesca, em que os recursos eram compartilhados por um determinado grupo de pessoas. Seu grupo de pesquisa e a associação¹¹ que ela fundou seguem ativos até hoje.

A pesquisadora estadunidense desafiou um consenso – muito arraigado na época, e ainda hoje, entre economistas, legisladores e políticos – de que um dado recurso natural sem regulação do Estado ou do Mercado seria usado até seu esgotamento. Um dos mais famosos artigos dessa época é o do ecólogo Garret Hardin¹², sob o título *A tragédia dos Comuns*, publicado em 1968 na *Revista Science*.

10 Segundo Sodré, o termo nagô corresponde a um complexo cultural cujas origens remontam a Nigéria e Benin. “Em termos históricos e geográficos, essa nações provinham da Costa da Mina (área que hoje abrange Benin, Nigéria e Togo) e começaram a chegar ao Porto de Salvador, na Bahia, em fins do século XVIII, como moeda de troca africana para a aquisição de fumo produzido no recôncavo baiano.” (Sodré, 2017)

11 Associação Internacional para o Estudo dos Comuns – IASC Commons.

12 Garrett James Hardin (21 de Abril de 1915 – 14 de Setembro de 2003) foi um ecologista pioneiro no estudo dos impactos da população humana sobre a Terra. Seu artigo *A Tragédia dos comuns*, publicado em 1968 na revista norte americana *Science*, foi um marco importante para as discussões sobre formas de preservação e gestão de recursos compartilhados, tendo sido utilizado como argumento para a privatização de bens de uso comum, assim como alvo de críticas de trabalhos importantes como o Nobel de Economia Elinor Ostrom e o ambientalista Derrick Jensen, que afirma que em vez de tragédia dos comuns, o artigo deveria se chamar *Tragedy of the Failure of the Commons* (*Tragédia da Falha dos Comuns* – tradução livre). Isso se dá porque o pasto fictício que Hardin analisa não era propriamente um Comum, e sim uma zona livre de regras e negociações possíveis entre as pessoas. Hardin é listado pela Southern Poverty Law Center como um adepto do nacionalismo branco, com publicações “francamente racistas e etnonacionalistas”. Com informações de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Garrett_Hardin>. Acesso em: 23 set. 2021.

Sobre essa forma de pensar, Ostrom (1990) escreveu que pesquisadores como Hardin frequentemente desejavam “invocar uma imagem de indivíduos indefesos capturados em um processo inexorável de destruição de seus recursos próprios”. Entendo que Hardin e outros economistas desenvolveram suas teorias a partir desse pressuposto por sua ignorância em relação à vida da maioria das pessoas do planeta. A maior parte das pessoas depende dos recursos e umas das outras para sobreviver. Curiosamente, essas premissas se espalharam, e seguimos reféns de um pensamento obtuso, no mais literal sentido da palavra, que parte de assunções baseadas em crenças limitadas.

Elinor Ostrom foi a campo produzir pesquisas que demonstraram que a tal tragédia, dada como certa, não acontecia em muitos casos, porque as pessoas envolvidas construíam seus próprios acordos e regras e eram capazes de aprender a cooperar com o tempo. Mais que isso, ela demonstrou que recursos geridos por comunidades podem ser ainda mais duradouros do que recursos estatizados ou privatizados.

De modo geral, economistas reconheceram dois mecanismos para lidar com os problemas ligados ao bem-estar, à escassez e à alocação de recursos: Mercados e Estados. Onde os mercados falham, o estado é mobilizado. A maioria dos economistas prefere os Mercados porque acham que os Estados são ineficientes para lidar com nossas necessidades econômicas. A noção de atividade econômica não estatal e não mercantil está ausente da maioria das formas de análise econômica, mas Elinor Ostrom a pesquisou como uma realidade viva. Sua palestra para o Prêmio Nobel de Economia foi intitulada “Além dos Mercados e Estados: governança policêntrica de sistemas econômicos complexos” (Ostrom 2010). O fato de Ostrom ter focado na economia além dos Mercados e dos Estados – não como uma superação ou como uma terceira via, mas como uma possibilidade – abre chaves de entendimento para a construção de soluções que possam superar este aparente beco sem saída.

A escola de Ostrom era a Economia Política, e para ela a Economia era pautada pelas instituições. Instituições podem ser entendidas como um conjunto de regras. Se as regras são definidas por seres humanos, não faz sentido falar que o Mercado, o Estado ou a Política Econômica são desprovidos de ideologia. Ostrom ganhou o Nobel por demonstrar como propriedades locais podem ser geridas de maneira bem-sucedida por agentes locais sem regulação por autori-



dades centrais ou privatizações¹³. E isso aconteceu em 2009, um ano depois do maior crash da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, o centro do capitalismo mundial, que originou a maior crise da economia global desde a Grande Depressão de 1929.

A chamada crise de 2008 foi uma consequência dos altos níveis de especulação financeira que geraram uma bolha imobiliária nos EUA e uma consequente descapitalização dos bancos. É constantemente utilizada como um exemplo de como a engrenagem econômica se descolou completamente da materialidade da vida das pessoas. Nesse contexto, a reação dos governos – até mesmo dos mais liberais, que acreditam que o Estado não deve intervir na Economia –, principalmente nos EUA e na Europa, foi oferecer grandes montantes de dinheiro para salvar os bancos. Aliado a essas medidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionou os países a implementar políticas de austeridade fiscal para recuperar a economia, fazendo com que a crise de 2008 fosse a faísca para muitos movimentos sociais que ocuparam as ruas nos anos seguintes, como o Occupy Wall Street nos EUA, os indignados na Espanha e os protestos antiausteridade na Grécia.

Diferentemente de Gutierrez, Elinor Ostrom não utilizava o Comum como um plataforma de luta política, mas como algo de fundamental importância para a superação de pensamentos binários (Estado-Mercado, privado-público). **Para ela, a homogeneidade institucional é uma ameaça para a nossa sobrevivência tanto quanto a monocultura é para a nossa biodiversidade. “Precisamos superar a tendência de recomendar panaceias e encorajar, em vez disso, experimentação considerável em vários níveis para reduzir as ameaças de colapso maciço de recursos valiosos.”**¹⁴

Conforme analisa Joan Subirats, citado por Rodrigo Savazoni em O Comum entre nós, para Ostrom, o Comum é, sobretudo, um sistema de direitos e obrigações: “A partir da acumulação e da análise de muitos casos, [Ostrom] conseguiu construir um sistema de regras institucionais e de análise que mostra como se constrói uma ecologia de relações que geram ao final mais incentivos à cooperação entre os atores do que à competição entre eles”. Uma de suas grandes contribuições são os oito design principles para evitar a tragédia dos Comuns e promover o autogoverno coletivo, os quais citarei outras vezes. O Comum são os laços que construímos para continuar a ser, para fazer a vida

continuar a ser vida. Ao propor um diálogo com tramadores do Comum na América Latina e com seus pensadores, é possível vislumbramos um Comum indígena, macumbeiro, quilombista, adepto de filosofias ameríndias como o Bem Viver. Sem a pretensão de aprofundar esses complexos sistemas de sentir, perceber e pensar o mundo, apresento brevemente algumas ideias iniciais para chamarmos na roda, um convite para pensarmos neste caminho de construção coletiva para a mudança social como um caminho aberto ao movimento, à libertação e à expansão de mundos. Ou seja, não apenas como formas de organização, mas como possibilidades de existência e de relação com a alteridade.

POLÍTICA PREFIGURATIVA, UMA POLÍTICA DA PROXIMIDADE

A expressão Política Prefigurativa foi cunhada pelo acadêmico estadunidense Carl Boggs (1977) para contrastar novas organizações de esquerda que emergiram a partir da década de 1970 com base em organizações e movimentos sociais predecessores, que se inspiravam no modelo do centralismo soviético. Assim como o Comum, trata-se de um conceito difuso, que foi adotado por uma série de pesquisadores e ativistas e nem sempre há consenso sobre seus contornos. De modo geral, trata-se de uma expressão que faz referência a movimentos sociais que passaram a olhar para experiências de democracia participativa e a promoção da equidade nas estruturas internas das coletividades como algo tão importante quanto impactar agendas externas da economia global. Uma ação guiada pela ética de que ser a mudança que queremos ver no mundo faz parte de construir este mundo.

Para Maeckelbergh (2011), citando Graeber, prefigurar politicamente tem o objetivo de “reinventar a vida como um todo”. David Graeber, conhecido intelectual anarquista, escreveu em 2002, no ápice dos movimentos antiglobalização: “Uma coisa é dizer: ‘Outro mundo é possível’. Outra é experimentar este mundo, mesmo que momentaneamente.”¹⁵ Maeckelbergh argumenta que os ativistas da alterglobalização, que surgiram nos fins da década de 1990, rejeitaram a distinção entre ativistas e o público porque isso os fazia soar como uma vanguarda que levaria as massas à liberdade. Ou como Russell (2012) coloca, “Os ativistas recusaram o que consideravam o ethos antiliderança dos anos 1960. Em vez disso, eles insistiram na importância de construir a liderança dos historicamente desfavorecidos”.

¹³ Informação disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2009/ostrom/facts/>. Acesso em: 24 set. 2021.

¹⁴ Ostrom, E. Why Do We Need to Protect Institutional Diversity? *European Political Science*, n. 11, p. 128-147, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/eps.2011.37>>. Acesso em: 22 set. 2021.

¹⁵ Disponível em <<https://newleftreview.org/issues/iii3/articles/david-graeber-the-new-anarchists>>. Tradução da autora. Acesso em: 25 set. 2021.

Ao priorizar o processo, a prática do dia a dia e a promoção da equidade como um processo que nunca acaba, entendo que a Política Prefigurativa nos auxilia trazendo mais essa lente para a análise. Quais seriam as formas prefigurativas de uma governança que inspira distribuição de poder e reconhecimento? Prefigurar um Comum pode ser uma forma de gestão comunitária e democrática não só dos recursos comuns, mas da nossa própria vida, das nossas relações. Pode funcionar como uma resposta à pilhagem a que vimos sendo submetidos, desde os processos coloniais até hoje, pelas burocracias oficiais e pelos oligopólios, mas também nos aterrisar na prática dos ideais que projetamos, partindo da micro-política para combater desigualdades sistêmicas e que também são internas aos processos coletivos.

AXÉ

“No sertão, mãe que me criou, leite seu nunca me serviu, Preta Bá foi que amamentou, filho meu e o filho do meu filho. No sertão, mãe preta me ensinou que aqui posso tudo construir, filha, tu tem sangue Nagô, como tem todo esse Brasil. Oiê, dos meus irmãos de Angola África. Oiê, pra Moçambique-Congo África. Oiê, para a nação bantu África. Pelo bastão de Xangô e o caxangá de Oxalá, e o Brasil pede a bênção Mãe África.”¹⁶

“Como é que a gente [população negra no Brasil] está viva, e somos 54% da população se a política de Estado é uma política de extermínio do povo negro? É porque a gente partilha aquilo que a gente tem, mas é uma partilha especialmente do Axé, da energia vital!” Essa fala, da pesquisadora, escritora e jornalista Bianca Santana, mentora deste trabalho, na série de vídeos A Lente do Comum¹⁷, em 2018, nunca mais saiu da minha memória.

No Brasil, o Axé está ligado à ancestralidade e à religiosidade afro-brasileiras de influência iorubá, dos povos negros trazidos escravizados da costa ocidental africana. Trata-se de uma força que se planta, se constrói e se transmite. “Axé é o conteúdo mais importante do terreno. Sem Axé a existência seria imóvel, sem vida, desprovida da sua dinâmica de realização do processo vital. Por ser uma força, ela é transmissível, pode ser transmitida a objetos e a seres humanos. Tudo o que existe só o é plenamente através da aquisição do Axé” (SANTOS, 1988, p. 39).

No livro Flecha no tempo, Simas e Rufino nos contam que a cultura do Axé é aquela que designa um modo de relacionamento com o real fundamentado na crença em uma energia vital que reside em cada pessoa, na coletividade, em objetos sagrados, alimentos, nos elementos da natureza, nas práticas rituais, na sacralização dos corpos pela dança, no diálogo dos corpos com o tambor, entre outras formas, e deve ser constantemente alimentada, restituída e trocada para que não se disperse.

O Axé está presente em algumas das entrevistas realizadas e refere-se àquilo que nos une e que ao mesmo tempo partilhamos. É uma força relacional, uma potência criadora e também uma filosofia. Em Pensar Nagô, Muniz Sodré sugere que as flechas de Apolo, deus grego, tem afinidade com as flechadas do orixá Oxóssi, assim como com a sabedoria de Orunmilá. “Nos hiatos, nas entrelinhas e até mesmo em afirmativas dispersas é possível estabelecer analogias com os procedimentos afros, num movimento metodológico que podemos descrever como de modulação, no sentido propriamente musical do termo, de um sistema para outro.” Neste trabalho, compreendo o Axé como parte de um sistema de saberes, e não como um misticismo exótico e multiculturalista, utilizado muitas vezes para um consumo momentâneo e de mero entretenimento estático.

Evocar o Axé faz parte de uma busca, ainda que panorâmica, do que está por trás do que chamo aqui de um Comum geograficamente localizado em uma terra onde muito procedeu. Evocar o Axé é propor, ou pelo menos indagar, qual é a relação entre as muitas formas de organização e a produção da vida com a força exterminadora do capitalismo colonial e patriarcal. Ou melhor, é posicionar a pergunta e refazê-la: como, apesar de todo sofrimento, violência e precariedade promovidos, é possível tanto conhecimento, complexidade e resistência? Neste trabalho, proponho que há muito mais entre o céu católico e a terra eurocêntrica do que pode a filosofia grega.

A consciência mesma é um processo de constante relacionamento das pessoas, que estamos extremamente isoladas do mundo espiritual, às vezes não acreditamos em nada e isso traz dificuldades nas emoções, nas relações, em como podemos olhar para o mundo, em como nós podemos resolver até mesmo conflitos, porque o mundo espiritual é tão bonito e nasce justamente desse tipo de relações com os outros, com o comum.

L. P.

¹⁶ Mãe África, de Sivuca e Paulo César Pinheiro, cantada por M. L. durante a entrevista

¹⁷ A série de vídeos A Lente do Comum foi produzida pelo Instituto Procomum. A lista completa de vídeos, com legendas, pode ser encontrada no link disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz53SY9IZdF55YaAXY25-kVlplBi4623a>>. Acesso em: 22 set. 2021.



QUILOMBISMO

“Proclamando a falência da colonização mental, celebramos o advento da libertação quilombista”.¹⁸ O autor dessa afirmação, Abdias Nascimento, foi um dos maiores artistas e intelectuais brasileiros. Ele foi ator, pintor, diretor, dramaturgo e militante da luta contra a discriminação racial e pela valorização da cultura negra.

Abdias desenvolveu o conceito de Quilombismo, como um projeto de emancipação social do negro, alicerçado em sua própria história e em sua própria cultura, confrontando as narrativas coloniais de negação ou redução do legado africano a mero “exotismo”.

De acordo com Danilo Luiz Marques, com a colaboração de Gabriel dos Santos Rocha,¹⁹ a história da colonização da América e do Caribe está repleta de comunidades de escravizados fugitivos que lutaram contra a escravidão. Na Venezuela, eram os cumbes; na Colômbia, os palenques; na Antígua, na Jamaica e no sul dos Estados Unidos, foram os maroons; em algumas regiões caribenhas, eram os maronage; em Porto Rico e Cuba, ficaram conhecidos como cimarronaje. No Brasil, essas comunidades primeiro foram chamadas de mocambos e, posteriormente, de quilombos. Em todas essas regiões, tais experiências de liberdade significaram uma afronta à instituição escravista, sendo o Quilombo de Palmares o exemplo mais emblemático tanto no Brasil como nas Américas e no Caribe.

A historiadora Beatriz Nascimento, no artigo O conceito de quilombo e a resistência cultural negra, afirma que, como modelo de instituição, o quilombo guarda características singulares de seu modelo africano, presente mais especificamente em Angola, em um momento histórico pré-diáspora. Além disso, no artigo, Beatriz caracteriza o modelo dos quilombos como prática política de emancipação e reparação, como “Um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema ao qual os negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural”.

¹⁸ Literafro. Abdias Nascimento. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/1444-abdias-nascimento-quilombismo-um-conceito-cientifico-historico-social>>. Acesso em: 22 set. 2021.

¹⁹ Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. Verbete Abdias Nascimento. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/ativista-e-artista/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

As ideias de Abdias e Beatriz, ambos já falecidos, são grandes inspirações para boa parte dos movimentos sociais negros no Brasil de hoje, reivindicando este lugar de possibilidade de organização coletiva a partir das premissas de identidade, memória e resistência e de valores de justiça e igualdade.

A presença desse olhar sobre os quilombos e o Quilombismo encontra-se aqui como referência contemporânea de modelos organizacionais coletivos. Forjados na resistência e na sobrevivência, e com intensa produção de cultura e memória, os povos que aqui foram escravizados desafiam as formas hegemônicas do pensar e compreender o mundo e de praticar a convivência e a manutenção da vida.

BEM VIVER

Eu sei que o Bem Viver é algo que na Colômbia, Bolívia tem a ver com coletivo, mas aqui a gente teve que entender esse caminho para nós também. No meu mestrado eu busco justamente isso, tentar trazer um pouco das linhas gerais, do que seria esse Bem Viver para as mulheres negras. E é muita coisa, porque é desde essa relação de fato com a terra, com a natureza, que para nós vai para uma discussão muito de reparação, sobre quem tem terra nesse Brasil, quem não tem, passa pela relação quilombola, passa pela relação de matriz africana – no Candomblé a gente fala que sem folha não tem Axé, não tem Candomblé, então a folha, a natureza, os elementos, os próprios orixás são elementos da natureza, são representações da natureza. E também tem essa dimensão do nosso fazer político e a maneira como a gente se organiza, a maneira como a gente se trata. Para nós, isso se materializa nesse grupo de trabalho de acolhimento, de a gente entender que precisa ser uma preocupação importante o tempo todo com as nossas humanidades, nos acolher, até as nossas pautas, então entender que o Bem Viver traz aí um projeto. E o que é o contrário desse Bem Viver? É o que a gente vive hoje, né?
J. G.

Com frequência, me pergunto o que teria acontecido se os colonizadores, principalmente espanhóis e portugueses, não tivessem exterminado as populações que aqui viviam e desumanizado a vida e a cultura dos que permaneceram vivos. O que teria acontecido caso eles tivessem se mobilizado a expandir suas crenças e aprender com as filosofias e os modos de vida que aqui se encontravam?

São muitas as civilizações que aqui viveram e, ainda hoje, são muitos os povos indígenas que coexistem na maioria dos países da América Latina. Cada um deles possui filosofias, crenças, mitos fundadores e formas de organização com os quais é possível dialogar, aprender e se inspirar. Meu chamado aqui é não entendermos como uma forma “alternativa” de visão de mundo, mas como uma possibilidade de questionar nossas próprias premissas do que significa viver em sociedade, e construir um futuro baseado em prosperidade, justiça e igualdade.

Os Wampis, indígenas que vivem na fronteira da Amazônia peruana com o Equador, num documento²⁰ que recupera a história da construção do seu processo de autonomia e autogoverno de seu território, contam que o seu objetivo nesse processo é na verdade o Tarimat Pujut (buen vivir, vivir grato, vida plena). Essa noção é compartilhada por muitas culturas indígenas como Sumak Kawsai, em quechua, e Suma Qamaã, em aymara.

O Bem Viver ou Buen Vivir²¹ baseia-se na crença de que ter uma “vida boa” só é possível como parte de uma comunidade, mas, nesse contexto, a comunidade é considerada em um sentido ampliado, incluindo aí a unicidade na relação com a natureza e com seres anímicos. Isso está tão arraigado nas culturas indígenas que há uma tradição compartilhada entre diferentes nações de que ninguém morre sozinho. Mesmo quando alguém está morrendo, há uma perspectiva coletiva: “Nadie se entierra solo.”

Em Conversatório sobre o Bem Viver, o ativista e intelectual boliviano Mario Rodríguez Ibáñez nos conta que o Bem Viver não é pensado como um paradigma do futuro, mas sim como um horizonte que orienta nossa caminhada no hoje. **O Bem Viver nos coloca sentidos, horizontes políticos e éticos para o trabalho, mas não define com clareza qual é o projeto final.**

Por isso, o foco do Bem Viver é no ancestral colocado no presente, que constrói, cria o que vem. A possibilidade de transformação fundamentalmente a partir do existente, das nossas práticas de hoje que trazem e contêm o ancestral, em um movimento, novamente, circular.

20 Disponível em <<https://porlatierra.org/docs/de6c4f4e2400ee243f7cecd33ea44b8.pdf>>. Acesso em 25 set. 2021.
21 Bem Viver aqui acompanha a explicação de Tadeu Breda, tradutor da edição em português do livro de Alberto Acosta, O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos: “Bom Viver” é a tradução que mais respeita o termo utilizado pelo autor (Buen Vivir) e também o termo em kichwa (sumak kawsay), língua da qual nasceu o conceito em sua versão equatoriana. De acordo com o Shimiyukkamu Dicionário Kichwa-Español, publicado pela Casa de Cultura de Ecuador em 2007, sumak se traduz como hermoso, bello, bonito, precioso, primoroso, excelente; kawsay, como vida. Ou seja, buen e sumak são originalmente adjetivos, assim como “bom” – seu melhor sinônimo em português, no caso. Vivir e sumak, por sua vez, são sujeitos. Contudo, em atenção ao termo utilizado há alguns anos por movimentos sociais brasileiros, decidimos traduzir o título do livro como O Bem Viver, considerando “bem” como advérbio e “viver” como verbo”.

Esse **hoje** contém as possibilidades de transformação que já acontecem na vida cotidiana, disputando e coexistindo, muitas vezes dentro do mesmo indivíduo e de uma comunidade, com projetos de dominação, já que a **dominação nunca é absoluta**. Mesmo com o projeto colonial e escravista, a dominação convive com outros modos de vida, **mas depende de como vamos agir política e socialmente para que o que já é seja – e continue sendo.**

A partir dos anos 2000, muitos movimentos sociais e antiglobalização foram influenciados pela noção do Bem Viver como uma inspiração de imaginação e prática política. Uma cosmovisão dos povos andinos, mas também uma proposta filosófica de compreensão da caminhada, a desafiar a ideia de ponto de chegada.

Como nos lembra Raúl Zibechi (2015), a comunidade não é, ela se faz. Todos os dias, através do trabalho coletivo de homens e mulheres, meninas, meninos e idosos, que, trabalhando juntos, fazem a comunidade. Fazem o Comum.





5. Fazer-Comum

Oito experiências latino-americanas

“PARTICIPAR ES ESTAR.”

UMA REDE DE REDES MULTIADORES NA DEFESA E NA RECONSTRUÇÃO DE UM COMUM NO MÉXICO

A conversa com I. E L. H. foi a minha única entrevista em dupla. Conheci L. H. em um evento acadêmico sobre o Comum. Ela é alemã e vive no México há alguns anos. É facilitadora de processos coletivos e pesquisadora. Quando perguntei se poderia entrevistá-la, ela submeteu ao coletivo, depois respondeu positivamente e trouxe I. E junto. I., 36, é mexicana, ativista e trabalha em uma ONG. Ambas exercem papel de articuladoras e cuidadoras de uma rede de redes que se formou em torno de uma área natural protegida no sul do México, em 2015. Com o passar do tempo, porém, o grupo – composto de acadêmicos, ONGs, ativistas, artistas, camponeses e diferentes organizações – percebeu que não se tratava apenas de um decreto legal que protegia uma área ambiental, mas que a relação e a defesa daquele território diziam muito mais sobre como se organizar e viver. A coletividade e sua organização para dar sentido àquele território são o Comum que as pessoas que participam da rede partilham.

Por isso, o foco do Bem Viver é no ancestral colocado no presente, que constrói, cria o que vem. A possibilidade de transformação fundamentalmente a partir do existente, das nossas práticas de hoje que trazem e contêm o ancestral, em um movimento, novamente, circular.

Digamos que o primeiro ano foi mais para sondar o que podíamos fazer. Compreender um pouco, que é o que há, fazer alguns primeiros percursos para, em 2016, fazer todo um processo de investigação. Uma ação colaborativa de mapear o território, os atores, e começar a gerar uma estrutura de grupos motores, que se organizassem de forma conjunta, em uma assembléia. Então, eu me somei a esse processo, que foi parte de um projeto, que também tinha um financiamento, e que ajudasse esse impulso inicial. I.E

Conforme a rede foi se dinamizando, nasceram outras iniciativas, como cineclubes, rede de economia solidária, rede de intervenção e restauração de paisagem e um grupo que pesquisa e desenvolve ferramentas jurídicas para a defesa do território. Todo o trabalho é voluntário, e a maioria das participantes da rede é formada por mulheres. Já no grupo articulador/cuidador da rede, da qual am-



bas participam, 100% são mulheres. O grupo articulador deveria ser rotativo, mas poucas pessoas se voluntariaram para participar. Todos os anos, acontecem assembleias de planejamento e avaliação. Mais recentemente, ocorreu um encontro chamado Utopias, onde as pessoas das várias redes que compõem o coletivo puderam sonhar individualmente e coletivamente os próximos trinta anos. A rede não tem, necessariamente, uma estrutura formal, embora tenha algumas regras escritas e existam acordos e uma busca por horizontalidades e autogestão.

“NOSSO MAIOR CRITÉRIO É A PARTICIPAÇÃO.”

UM MOVIMENTO DE LUTA POR HABITAÇÃO E PELO DIREITO À CIDADE NO BRASIL

C. S., 61, é a principal liderança de um movimento brasileiro por moradia que existe há 21 anos. Além de ser uma grande liderança do movimento, é também uma figura política importante, tendo sido candidata a um cargo no legislativo nos anos recentes. No Brasil, o déficit habitacional chega a 33 milhões de pessoas (2018), cuja maioria é de mulheres negras²². C. S. e o movimento do qual faz parte atendem tanto a necessidades básicas – como o direito de ter um teto para morar – como se centram em influenciar políticas públicas, leis, participar de audiências públicas, além de promover o acesso à cultura e uma agenda política mais ampla de igualdade e diversidade. Isso se reflete também no perfil diverso dos participantes e dos aliados do movimento.

O perfil do movimento hoje é um perfil muito amplo: aquele que tem a necessidade da luta pela moradia, de ter os seus direitos garantidos, e quando eu falo em moradia eu estou falando da porta de entrada para outros direitos, mas também daqueles que vêm para de fato serem ativistas numa luta, para desempenhar um papel de multiplicador, de formador, então são diversos. A diversidade é a nossa lógica principal.

Outro aspecto importante da experiência de C. S. é sua ênfase na necessidade de institucionalidades e formalizações para legitimar o movimento, tanto para dentro, com regras claras, quanto para fora. Esse aspecto não aparece com tanta força em outras experiências.

22 Labcidade. Larissa Lacerda, Isadora Guerreiro e Paula Freire Santoro. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>>. Acesso em: 22 set. 2021.>

Para legitimar o movimento, ele não pode simplesmente pegar um papel, um pano, uma bandeira, botar uma sigla e dizer que é movimento. Um movimento organizado tem estatuto, tem CNPJ, ele paga seus impostos, tem todas as suas certidões e mais além do que a sociedade nem sabe. O movimento, para dizer que está trabalhando por direito da moradia, ele tem que participar efetivamente da discussão junto com o poder público.

Interessante notar que os movimentos de moradia, assim como outros movimentos sociais no Brasil, sofre uma intensa criminalização por parte de instituições e da mídia. Tanto C. S como pessoas de sua família já foram acusadas e encarceradas por extorsão e depois absolvidas por faltas de provas.

“A GENTE ESTÁ ABERTA PARA RECEBER E FORMAR ESSAS MULHERES.”

UM COLETIVO FEMINISTA NEGRO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

J. G. é jornalista e militante feminista negra. Além disso, J. trabalha em um gabinete de uma legisladora negra brasileira. Ela é uma das lideranças por trás de um capítulo estadual marcado por um movimento nacional que surgiu a partir de 2015, em torno das celebrações do Dia da Mulher Negra e Afro-Caribenha. O evento chamou atenção para a condição da mulher negra, ao mesmo tempo em que projetou suas ideias de uma sociedade melhor. As mulheres negras representam cerca de 25% da população brasileira e são o grupo social mais vulnerabilizado em todos os indicadores sociais.

Sempre é muito importante dizer do racismo estrutural, de como o patriarcado afeta as mulheres negras num lugar de subserviência, de sexualização dos corpos, de precarização da mão de obra e todas essas coisas. E ao mesmo tempo anunciar: bom, isso acontece, mas nós temos um projeto de sociedade, nós temos um projeto de país que visa justamente à mudança radical do que a gente está vendo, do que a gente está vivendo e do que a gente está sentindo nos nossos corpos.

Por ter se formado em torno da organização de um evento, o movimento tem um caráter importante de porta de entrada, de ser um espaço de formação e despertar político de mulheres negras que não necessariamente fazem parte de outros espaços similares. Ao longo dos anos, o movimento foi se entendendo como algo maior, para além do evento, e assim desenvolvendo grupos de

trabalho e regras, e ampliando sua agenda de incidência. Um aspecto importante ressaltado por J. é que o movimento também é um espaço de reconhecimento, pertencimento e cuidado. Enfim, uma verdadeira revolução.

“QUANDO EU OLHO PARA A MINHA COMUNIDADE, EU VEJO UM PEDACINHO DA ÁFRICA.”

UMA LIDERANÇA E SUA COMUNIDADE EM DEFESA DE UM TERRITÓRIO NO NORDESTE DO BRASIL

M. L. é uma liderança comunitária que atua pela defesa do território e pela promoção de direitos em uma capital do Nordeste brasileiro. Segundo ela, sua conscientização social, sua identidade racial e cultural e seu senso de comunidade vêm tanto de seu pai, que vinha de “uma família mais ligada à raiz africana e à raiz indígena, traços e culturas muito fortes que o papai carregou no corpo dele”; mas também das comunidades católicas eclesiais de base, relacionadas à Teologia da Libertação, muito importantes nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil e reconhecidas por seus métodos participativos e democráticos. “Eles nos ensinaram a ser críticos até com eles próprios.” Hoje em dia M. L. frequenta a Umbanda, religião afro-brasileira, e trilha um caminho para se tornar mãe de santo. Em nossa conversa, elementos terrenos e espirituais coexistiram.

A região onde M. L. nasceu e vive até hoje é conhecida pelo trabalho com olaria. A maioria das casas de sua comunidade foi feita pelos próprios moradores, tijolo por tijolo. Há cerca de dez anos, a região entrou na mira do Estado e virou objeto de políticas de “revitalização” em parceria com órgãos internacionais. O projeto significou retirar as pessoas que ali viviam para dar lugar a um parque frequentado por pessoas com mais poder econômico.

E querem desapropriar mais de 3.800 famílias, é o território todinho que eles querem, porque o território é rico. Nosso território é rico porque a gente cuida dele. Olha, eu já participei de associação de vazanteiros²³, onde a gente encampou um projeto de reflorestamento da margem do rio. Eu lembro que uma vez, para reflorestar, eu dizia: “meu Deus, nós estamos reflorestando esse rio “ e minha barriga roncando aqui”; a gente levava rapadura, sardinha para comer com farinha para poder dar conta de reflorestar. Eu dizia: “eu com fome aqui

22 Segundo o portal Ipadê, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), o nome vazanteiro provém do costume de usar os terrenos de vazante nas margens do rio São Francisco para praticar a agricultura de subsistência.

e estou reflorestando esse rio”, mas tudo o que a gente faz na vida é certo, porque se você vê hoje é uma coisa para dizer: “nós que cuidamos do território. Está vendo essa árvore? Fomos nós que plantamos, e vocês vêm explorar, dragar areia, vocês matam os animais rasteiros com o trânsito pesado que vocês botam aqui. Tem um peixe chamado surubim que não aparece mais por conta do jet-ski.”

Segundo M. L., uma das dificuldades de negociar com o poder público foram as tentativas de desarticulação, empreendidas por meio da oferta de empregos públicos para algumas pessoas que estavam contra o projeto. Depois de um período de cansaço e afastamento, M. L. disse que, hoje em dia, a comunidade foi se apropriando da luta, entendendo sua importância e ganhou apoio de pesquisadores e outras associações e organizações.

Aí a gente foi decifrando o projeto, e eles [os pesquisadores parceiros] foram pesquisando e fazendo as rodas de conversa. E aí foi fortalecendo a comunidade. Na hora que você chega lá, que você coloca um microfone na boca de uma mulher daquela [as mulheres da comunidade], elas diziam “nós vamos derrubar esse gigante, nós queremos a cabeça desse gigante numa bandeja”. E aí elas foram tomando conta da luta.

“HASTA LA MUERTE SE VA EN MINGA.²⁴”

A EXPERIÊNCIA DE UMA JOVEM LIDERANÇA INDÍGENA NO SUDOESTE DA COLÔMBIA

A Constituição Colombiana de 1886 estabelecia que os povos indígenas eram seres selvagens, seres sem alma, incapazes e relativamente inúteis. *“Tudo isso foi feito, então, justamente para tirar as poucas terras que nos restavam. Então o levante indígena como tal e o levante do meu povo foi justamente para se levantar na luta, para proteger os últimos territórios que tínhamos deixado, e esse território, enfim, é hoje onde vivemos, onde nasci.”*

L. P. nasceu na luta. Filha de uma família cerrajera – submetida a um modelo de trabalho análogo à escravidão –, ela conta que sua memória de criança é de muito caminhar ao lado de sua mãe em reuniões e marchas.

²⁴ Segundo a Fundación Artes Minga, a palavra Minga vem do termo mink'a ou minga (em quíchua) e significa “trabalho coletivo feito em favor da comunidade”; bem como “uma tradição pré-colombiana de trabalho comunitário ou coletivo voluntário com fins de utilidade social ou de caráter recíproco”. Disponível em: <https://www.vozdeamerica.com/a/america-latina_minga-indigena-protestas-colombia/6073816.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.



Em 2017, aos 30 anos, ela foi governadora do seu povo, algo raro em uma tradição que costuma escolher governadores homens acima de 50 anos.

Tecedora de memórias, L. P. se dedica a estudar e registrar a história do seu povo e de outros povos indígenas. Em uma região marcada pelo narcotráfico e por conflitos armados, sua geração vive o duplo desafio de seguir lutando pelos direitos indígenas e pela defesa de seu território, ao mesmo tempo em que busca quebrar tradições dentro do seu próprio povo, que, misturadas com a cultura colonialista, dificultam determinadas mudanças, como os direitos das mulheres e das meninas indígenas à participação política e à igualdade de oportunidades.

Existem, porém, tradições que são valorizadas por sua inovação e atualidade, como as mingas, apoio mútuo em trabalhos comunitários, e os trueques, intercâmbio de produtos que não envolve troca de moedas. Além de alimentos, há trueques de sementes, conhecimentos, informações e fofocas entre os povoados.

“JUNTARAM TODOS NUM BOLO, CADA UM COM SEUS HECTARES.”

UMA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA NO SUL DO BRASIL

I. W. tinha 7 meses quando foi para o assentamento onde hoje funciona a cooperativa de produção agrícola em que trabalha. Assentamentos são pedaços de terra fornecidos como parte de uma política pública de reforma agrária e que garantem a função social da terra, conforme a Constituição brasileira. I. W. estudou em escolas do MST, fez graduação em Economia e agora, no mestrado, estuda Desenvolvimento Rural.

Entrar na cooperativa implica juntar todas as terras de cada família assentada num bolo só, e depois separar por áreas produtivas. Todas as funções recebem a mesma remuneração, tanto o trabalho no setor produtivo como na padaria, na creche, no refeitório ou no escritório. A governança se dá em camadas, com coordenações por setores, uma diretoria colegiada e a assembleia, que é soberana. Recentemente, decidiu-se em assembleia que os cargos de coordenação terão um acréscimo de 5% como uma espécie de estímulo à camada de responsabilidade que se soma. Todos os cargos possuem rotatividade.

Já há alguns anos, a cooperativa fecha no azul, o que permite a remuneração de todas as pessoas. I. valoriza a autonomia, a convivência com a família e com o resto da comunidade, a vida na terra e a casa que ela está construindo para ela, mas ainda assim diz que não é fácil e que nem todo mundo topa.

Claro que um assalariado hoje, que é mandado por um patrão, para mim, a meu ver, tem piores condições do que nós, porque somos detentores do nosso próprio meio de produção, mas a tendência é sempre você ir pelo mais fácil também, né? Às vezes, é mais fácil você ser assalariado do que você construir o seu próprio espaço, construir o meio de vida, seu próprio meio de vida.

“CONQUISTAR NOSSOS DIREITOS É UMA FESTA.”

UM COLETIVO FEMINISTA NA ARGENTINA

C. P. conta com detalhes sobre o dia em que o Senado argentino aprovou a legalização do aborto e a festa que durou 16 horas. Anos antes, a mesma votação havia sido uma derrota. Em 2020, passou. Segundo ela, foi essencial que a derrota tivesse acontecido para que os movimentos feministas e os aliados pudessem se reorganizar.

Tínhamos sobretudo alcançado uma tradução macropolítica, alcançado uma mudança no nível do Estado, da lei, que não era só a gente fazendo barulho na rua, mas também a gente mudando as leis e ideia que o Estado tem... o plano que o Estado tem para as nossas vidas, porque aborto legal muda o mandato de maternidade. Então muda também a nossa função na vida, muda tudo. Aí, por exemplo, com as pequenas vitórias parciais, nesses momentos é que você vê que, na verdade, sempre valeu à pena e para que uma coisa dê certo primeiro tem que fracassar muitas vezes.

Como parte de um coletivo que contribuiu para que isso acontecesse, C. P., uma acadêmica e ativista feminista, conta que seu coletivo é um ensaio para a horizontalidade. Elas existem há seis anos, são um grupo relativamente pequeno, os trabalhos são feitos voluntariamente e as tomadas de decisão feitas por consenso. O que ela mais gosta é poder criar juntas. Elas possuem uma “inteligência coletiva” que foi sendo desenvolvida ao longo dos anos que implica escrever e criar juntas.

“DESENVOLVEMOS FORMAS DE GOVERNO PRÓPRIO DESDE NOSSA EXISTÊNCIA.”

UM TERRITÓRIO AUTODECLARADO AUTÔNOMO NA AMAZÔNIA PERUANA

W. P. começou cedo seu envolvimento com o direito dos povos indígenas e sua atuação como defensor ambiental. Seu povo está numa grande área da Amazônia peruana desde sempre. Seis anos atrás, fizeram um mapeamento do seu território, uma autodemarcação e decretaram um governo autônomo, para o qual ele foi eleito governador até recentemente, quando, conforme planejado, houve eleições, e um novo governador foi eleito.

Por ser uma área com abundância de flora e fauna, “a Amazônia é a nossa vida e a das futuras gerações”, é uma área em permanente disputa com empresas norte-americanas de mineração, a extração ilegal de minérios e o próprio Estado. *“Nosso objetivo não é ser contra o Estado do Peru, pelo contrário, somos peruanos. O que queremos é que o Peru seja verdadeiramente plurinacional, um plurinacional de baixo para cima com seus governos autônomos cooperando entre si.”*

Ele quer que outras nações também tomem o controle dos seus territórios, para que juntos possam fazer frente aos muitos desafios do sistema extrativista capitalista e aos impactos da crise climática. *“Um governo autônomo não é um discurso é um fato.”* O objetivo? O Bem Viver para todos os povos.





6. Quatro aprendizados sobre organização coletiva para a mudança social

6.1. EXISTEM MUITAS RAZÕES PARA SE JUNTAR E AGIR COLETIVAMENTE, MAS UMA DELAS PARECE SER PRIMORDIAL: A NECESSIDADE.

No livro *Free, Fair and Alive: the insurgent power of the commons*, David Bollier e Silke Helfrich distinguem três formas que, segundo eles, são as mais comuns para a ação coletiva, ou a governança entre pares, como eles chamam: atração espontânea, tradição e design consciente. Neste texto, porém, defendo que a necessidade é um elemento central das experiências que escutei. Essa necessidade é provocada pelo capitalismo neoliberal, baseado no machismo, no colonialismo europeu e na escravidão, que dizimou muitos povos no mundo – negros e negras, mulheres de todas as etnias, povos originários, deixando-os sem terra, sem direitos, sem possibilidades de vida, e invisibilizando de todas as formas que consegue o reconhecimento, o espaço para a identidade, o pertencimento, o afeto, a criatividade.

Na escuta das várias vozes que compõem esta publicação, e também seu marcador territorial – o continente latino-americano –, que carrega índices econômicos, de desigualdade e de violência muito peculiares, a aproximação entre as pessoas para a ação coletiva se dá muitas vezes pelas violências vividas e provocadas pela maneira como a economia global opera e se estruturou desde o terror colonial. Nas palavras de C. S. sobre como começou seu envolvimento no movimento de moradia: “Primeiro eu entrei para fazer o que eu faço por necessidade, eu cheguei pelo meu eu, né? Mas eu percebi que do meu lado tinha pessoas tão piores, com problemas maiores do que os meus, e que só organizando, só junto é que eu conseguiria resolver meu problema, assim como a gente ia resolvendo um do outro”.

Essa fala traz um elemento importante para pensarmos, logo de partida, que a organização coletiva tratada neste texto não é um aspecto moral nem uma forma idealizada e romantizada de viver. As pessoas que fazem parte desse pequeno inventário não são boas por natureza, assim como a vida em coletivo e o Fazer-Comum não é um lugar idílico, bucólico, isento de tensões, incertezas e problemas. O Comum é cheio de paixão, compromissos e desejos por uma vida melhor, mas também é confuso, um espaço de tensão, conflito e precariedade.

A engrenagem da vida imposta pela dinâmica do capital e por seus ciclos intermináveis de acumulação e concentração de riqueza como eixo organizador

da propriedade privada deixa para muitas pessoas como única saída se organizar coletivamente para viver. “O MST²⁵ sempre teve essa discussão de que quando chegasse na terra como sobreviveria no lote, né? Uma das alternativas era chegar na terra e formar uma cooperativa de trabalho coletivo para poder sobreviver, ter mais, como eu posso dizer, poder competitivo, digamos assim, para sobreviver no campo – negociação, produção, enfim.” (I. W.)

Desde as mais básicas necessidades da vida, o agir coletivamente está intrinsecamente ligado à questão de existir. Mas qual tipo de existência estamos falando aqui? A Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁶ (1948), em seu artigo primeiro, diz que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Sabemos, porém, que, por processos sociais, históricos e políticos, já levantados aqui, essa é uma assunção que nunca se concretizou e que não parece guiar muitos dos que detêm poder. Daí, a importância da lente interseccional para fazermos perguntas históricas: por que a maioria das pessoas que não tem onde morar ou onde plantar é não branca? O que a posse de terra tem a ver com a escravidão e os processos coloniais?

L. P., liderança indígena colombiana, conta por que considera importante que seu povo se organize para contar sua história, sobretudo para si mesmo e para as gerações porvir:

Às vezes, quando não conhecemos nossa memória, nossas raízes, podemos cometer erros coletivos, podemos ficar um pouco alheios e nos apegarmos aos pensamentos europeus, e não apenas trazer nossa filosofia antiga para o presente, mas também reconhecer que foram as principais violências e conflitos que fizeram com que o nosso povo fosse até agora, pois, que se nos tenha deixado num canto afastado da sociedade e também como é que nossa identidade desempenhou um papel importante nessa luta, então, de todos os povos indígenas do país, tristemente a identidade cultural está se perdendo e nós ainda a temos.

Uma vez que uma necessidade é expressada, podemos nos conectar com pessoas que nunca imaginávamos. A isso, a internet deu uma nova dimensão, expandindo também a noção de comunidade apenas ligada a um território ou etnia. C. P., ativista do movimento feminista argentino contemporâneo, contou como um movimento que começou com uma hashtag contra o feminicídio vi-

ralizou até transformar o aborto em lei em seu país, anos depois. Com certeza, boa parte dessa construção foi feita por feministas ao longo das décadas, mas a internet acelerou a possibilidade de pessoas que não se conheciam – e muitas vezes sequer sabiam que possuíam certas ideias ou desejos – pudessem se unir e agir.

Da mesma forma, a militante feminista negra J. G. chama atenção para a importância do movimento feminista negro e da atração estratégica de mais mulheres negras: “A gente sabe que esse start de estar em coletivo não é algo natural, não é algo que é incentivado. Eu digo assim: uma coisa é a nossa vida, os amigos, mas eu estou dizendo estar em coletivo em prol de uma luta em comum, em prol de conseguir algo, de melhorias, apresentar novos projetos... Então a gente quer cada vez mais que as mulheres negras percebam que não estão sozinhas e que essas microviolências da micropolítica que chegam nelas chegam em todas nós e que a gente pode combater isso junto. Então eu acho que tem essa parte de denúncia e tem essa parte de apresentar e de dizer o que a gente quer, qual é o nosso projeto.” (J. G.)

Outro caminho apontado por Helfrich e Bollier (2019) seria a tradição, segundo a qual a noção de propósito compartilhado e valores se estabelecem por décadas ou séculos de práticas e costumes praticados. O que eles chamam de tradição, eu chamaria de ancestralidade e espiritualidade, que também podem ser encaradas como necessidades para muitas pessoas.

Por isso, a importância da memória viva, da história oral, dos mais velhos, dos anciãos, que possuem mais conhecimento e, portanto, podem indicar com mais segurança os caminhos. Assim como a importância dos guias espirituais, dos iluminados, dos encantados, dessa parte essencial da vida de muitas pessoas que a racionalidade capitalista faz questão de neutralizar, assassinar²⁷ ou relegar a exotismos pagãos.

Como eu lhe falei, eu vivia com essas comunidades católicas, mas eu nunca assimilei a religião católica, nunca, nunca assimilei. Eu sabia que eu tinha algo dentro de mim, assim, no meu sentir, que me chamava para uma vida ligada à espiritualidade, mas não uma vida espiritual que acredita que um Deus esteja longe, mas uma vida espiritual de um Deus que esteja perto, de um Deus guerreiro, de um Deus que nos ensina a nos libertar juntos. E aí, quando eu tive

25 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organiza-se em busca de justiça e reforma agrária.

26 A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 24 set. 2021.

27 Enquanto escrevia este trabalho, o Canadá encontrou restos mortais de crianças indígenas onde havia uma igreja missionária para indígenas. O projeto colonial tinha como parte essencial exterminar formas de vida que não estivessem a serviço do enriquecimento das colônias.

esse contato a Umbanda²⁸ [...], eu disse: “é aqui”, porque eu via os pontos²⁹: “Se meu pai é Ogum, o vencedor de demandas quando vem de Aruanda é pra salvar filhos de Umbanda. Ogum, Ogum, Ogum lara. Salve os campos de batalha, salve a sereia do mar. Ogum...”. Aí eu fui significando, eu digo: “olha, esses orixás são todos guerreiros”. E dali você pega aquela força, diz: “não abaixe a sua cabeça, sua raiz vital é essa, sua força vital é essa”. Então, assim, a espiritualidade me ensinou muito, me ajuda muito, porque não é uma coisa parada, não é uma coisa de você se ajoelhar e rezar, existe uma hierarquia dentro da Umbanda que diz: você tem que seguir os passos dos mais velhos, tem que pedir a bênção. Mas não é uma coisa cega, eu sigo os passos dos mais velhos porque um dia eu vou estar no lugar daquele mais velho, entendeu? M. L.

“Correr o mundo no pé da palavra que venta.” E se a palavra venta, ela se movimenta, assim como as tradições e os saberes ancestrais. Simas e Rufino (2019) nos trazem mais elementos para pensar: “primeiro é preciso dizer que os saberes africanos normalmente se referem a uma ideia de tradição que não é estática. Nas culturas orais, o conhecimento se fundamenta no ato de se transmitir ou entregar algo para que o receptor tenha condições de colocar mais um elo numa corrente dinâmica e mutável. Passar adiante, enfim”.

Uma de nossas entrevistadas, L. P., foi uma das poucas mulheres e a mais jovem que se tornou governadora de seu território. No momento em que conversamos, o governador do seu povo era um homem mais velho, tradicionalista e com atitudes machistas, influenciadas por um pensamento cristão conservador de subserviência das mulheres, segundo L., “Eso es un tema complejo y difícil, pero es de los mayores, como, más tradicionalistas que tenemos en nuestro pueblo y quién no le gusta nada ni siquiera que hablen, mejor dicho, ‘las mujeres que estén calladitas y con la cabeza baja, a lo que digan los hombres’, pero es el actual gobernador y es una autoridad. A mí no me gusta para nada, os Ogans, me toca a veces por principio cultural aguantar”.

Nesses casos, o que é possível fazer? O governador foi eleito conforme as regras e os acordos já existentes na comunidade. É possível mudar os acordos, mas para isso é preciso construir um caminho. Para L., é necessário conversar e ganhar apoio entre as pessoas da comunidade, ter a maioria, que é o que ela

está fazendo. Para Ostrom (1999), é importante que os acordos sejam passíveis de mudanças e que todos os envolvidos em determinado arranjo de governança possam ter voz nesse processo. Mas, como vimos aqui, existem casos em que essas regras são mais ou menos passíveis de mudança por qualquer pessoa e é preciso negociar.

Retomando as ideias do Axé, do Bem Viver e do Quilombismo, não é interessante defender o passado como algo essencialmente bom e isento de desigualdades ou contradições. Mas é importante marcar que, em um continente que sofre de apagamentos de memórias, olhar e resgatar algumas tradições também pode significar oferecer um caminho humanizador e expansivo para as ideias que nos informam política e socialmente. Ao mesmo tempo, no interior de cada comunidade, há muita reprodução de desigualdades, opressões e contradições e, portanto, uma contínua necessidade de espaço para luta e transformação.

Helfrich e Bollier (2019) apresentam, por fim, a ideia de Comum por design. Ou seja, organizações previamente e estrategicamente pensadas para serem um locus de práticas comunais. “Quando estranhos se juntam para colaborar, um sistema deliberadamente desenhado pode ajudar a compartilhar propósito e valores.”³⁰

Ressalto que muitas coletividades consideradas tradicionais são também comunais por design. O que se vê é que há, em um movimento de circularidade, uma retomada de buscas por formas de agir coletivamente, como vimos com a proposição Quilombista, o movimento feminista contemporâneo e o renascimento dos movimentos da Política Prefigurativa a partir dos anos 1990. Não à toa, o Zapatismo, os povos indígenas, os quilombos e outras formas de organização social compreendidas como tradicionais seguem sendo uma grande inspiração para movimentos sociais urbanos contemporâneos.

No Instituto Procomum³¹, construímos um laboratório cidadão, um espaço de Fazer-Comum que foi desenhado para tal, mas que só tem sentido porque nele convivem tradições, movimentos, coletividades e saberes distintos. Segundo Antonio Lafuente, Henrique Parra e Mariano Fressoli³², um laboratório cidadão é um espaço de produção aberta do conhecimento, capaz de acolher um

28 A Umbanda é uma religião brasileira que sintetiza vários elementos das religiões africanas, indígenas e cristãs, porém sem ser definida por eles. Foi formada no início do século XX no sudeste do Brasil a partir da síntese de movimentos religiosos como o Candomblé, o Catolicismo e o Espiritismo.

29 Os Pontos Cantados são cânticos ritualísticos acompanhados por percussão em atabaques consagrados e entoados pelos sacerdotes músicos da Umbanda, os Ogans. Essa informação pode ser encontrada no link disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponto_cantado>. Acesso em: 22 set. 2021.

30 Silke Helfrich e David Bollier. Free, Fair and Alive: the insurgent power of the commons. New Gabriola Island: Society Publishers, 2019. Tradução da autora.

31 O Procomum é uma organização sem fins lucrativos criada em 2016 no Brasil e da qual sou uma das fundadoras e diretoras em exercício.
32 Henrique Zoqui Martins Parra; Mariano Fressoli; Antonio Lafuente. Ciência cidadã e laboratórios cidadãos. Liinc em revista, v. 13, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3907/3229>>. Acesso em: 24 set. 2021.

coletivo heterogêneo de atores que almejam dar forma a um entorno social. Um laboratório cidadão é, portanto, um espaço para aprender a viver juntos: uma incubadora de comunidades. Nesse sentido, esta institucionalidade dos labs cidadãos (que têm outras denominações) se conecta com a necessidade de diversidade epistêmica, de produção política e de uma experiência democrática radical.

Parece, então, que a necessidade impulsiona, mas ela precisa ser colocada em perspectiva, de maneira interseccional, e ser um salto que possibilite a construção de espaços que facilitem e potencializem a diversidade institucional, o conhecimento local e a diferença como eixo estruturador de uma alteridade radical. Se o capitalismo só é bom para muito poucos, a grande maioria da população pode se beneficiar ao se unir para endereçar coletivamente suas necessidades e, quem sabe, aprender, ensinar, desaprender, dançar, festejar, se divertir e fazer alguns amigos no caminho.

6.2. NÃO PRECISA SER DE TODOS PARA SER COMUM (MAS PRECISA TOPAR A DIFERENÇA)

A gente decidiu algumas vezes ampliar o coletivo, e aí chamamos amigas, companheiras que conhecíamos, pessoas que respeitávamos e em que confiávamos, porque também não dá para incorporar qualquer pessoa que ninguém conhece, pode ser um espião, sei lá. Não temos um procedimento claro, há muito tempo que a gente não incorpora ninguém novo também, porque... enfim, a gente tem momentos de crise, tem momentos que não sabemos também... nunca é sempre claro para onde a gente vai, então quando não temos claro isso é melhor não incorporar mais pessoas, porque faz mais barulho.
C. P.

Uma associação muito frequente é a de que aquilo que é da ordem do Comum é **de todo mundo**. Nesse sentido, a experiência do coletivo feminista do qual C. P. faz parte não seria um Comum? Para fins deste trabalho, no qual estou investigando organizações que prefiguram um modelo comunal de combate às desigualdades, a resposta é sim, porque a governança é coletiva, participativa e não separa o cuidado das relações interiores com o mundo que se quer construir. Elas produzem o mundo que acreditam a partir também das suas experiências relacionais dentro do coletivo.



Muitas pesquisas acadêmicas tratam da importância dos limites para a permanência dos arranjos comunais. Esse é inclusive o primeiro princípio dos oito que Elinor Ostrom (1999) desenvolveu como resultado de sua pesquisa sobre os Comuns: fronteiras delimitadas. No caso dos arranjos prefigurativos, como os que são abordados neste texto, o que vemos muitas vezes é uma busca por **fronteiras semidelimitadas, areadas, com espaço para fricções, entradas e saídas e um permanente aprimoramento.**

Uma organização comunal e prefigurativa não pretende ser absoluta e nem busca quantidade. Ela é um sistema social, um conjunto de pessoas que, dia após dia, constrói e produz conhecimento e confiança, trabalhando por objetivos comuns, mas, acima de tudo, relaciona-se por meio do cuidado e da experiência compartilhada.

Porém, uma comunidade pode ser também autofágica e opressiva. Por essa razão, é importante privilegiar a construção e a atuação de comunidades em rede. Uma prática recorrente são as alianças, criadas na atuação em rede com outras organizações complementares ou similares, que em algumas teorias são chamadas de federações. Em seu oitavo design principle, Ostrom (1999) defende que os Comuns funcionam melhor quando aninhados em redes maiores. Algumas atividades podem ser gerenciadas localmente, mas outras podem precisar de uma cooperação regional mais ampla – por exemplo, uma rede de irrigação pode depender de um rio utilizado por outras pessoas rio acima.

Uma característica importante é a prática da solidariedade, mesmo de quem não tem a mesma necessidade material ou não compartilha determinada origem socioeconômica ou racial, mas que acredita que, ao melhorar as condições de alguns, melhora-se a condição de todos. O que Bollier e Helfrich chamariam de Nested-Is (algo como um Eu-Aninhado) em oposição ao Homo Economicus, aquele que é movido pela promessa da realização individual. O Eu-Aninhado compreende que existe uma interdependência entre os seres humanos e o mundo, amplamente falando, que nos sustenta. Essa noção de interdependência e unicidade também aparece em construções milenares como o Axé, o Bem Viver e a filosofia ubuntu.³³

Nas práticas que escutei ao longo desta pesquisa, as portas de entrada variam, assim como as formas de participação. No caso da rede de defesa de um território no México, qualquer um pode se dizer parte, mas, se você se diz parte e não faz nada, não há muito valor nisso. A participação então é medida pelo envolvimento e engajamento. Em outros casos, a participação é aberta se existe algum tipo de identidade ou necessidade comum: se você é alguém que precisa de moradia, é uma mulher negra ou uma mulher que defende o aborto. A maior parte, porém, está aberta permanentemente para todos que queiram participar ou se engajar como aliadas. Aí entra uma característica importante. Determinada comunidade pode não ser para todas as pessoas, mas ela tem como premissa a aliança com a diferença. Uma comunidade que não topa a diferença e tem como objetivo aniquilar e homogeneizar, recusando tudo aquilo que não faz parte do seu grupo, não é um Comum.

Há trinta anos, chegou um grupo chamado “os solidários”, que eram pessoas que não eram da comunidade, mas que estavam canalizadas aos propósitos do nosso povo, que sim diziam “é verdade que os povos merecem um reconhecimento, é verdade que temos de pôr fim a certos processos de discriminação, de violência estrutural, de violência social, que temos de começar a construir e a edificar”. Eles são os chamados “os solidários” que ainda agora, então, estão em suas cidades, mas acompanharam muito forte o processo, sobretudo porque nesse momento não havia gente que falassem muito bem espanhol, então eles se dedicavam a fazer comunicados, fazer denúncias, fazer ligações institucionais, fazer este tipo de processo um pouco alheio. Eles apenas como, digamos que alguns deles ainda fazem parte do processo, mas majoritariamente se requer alguém externo que tenha algum conhecimento que não temos, se pede o apoio e é permitido que ingresse. L. P.

Nem todo mundo contribui com a mesma coisa ou da mesma maneira, o que demonstra outras formas de compreender reciprocidade, praticar trocas, valoração e reconhecimento. E isso com certeza impacta a tomada de decisão, as hierarquias e os poderes.

³³ Segundo o filósofo sul-africano Mogobe Ramose, para a filosofia ubuntu, “a comunidade é lógica e historicamente anterior ao indivíduo” e por isso tem a primazia sobre este. Essa comunidade, explica, é uma “entidade dinâmica” entre três esferas: a dos vivos, a dos mortos-vivos e a dos ainda não nascidos. Se o ubuntu pode ser compreendido como uma ontologia, uma epistemologia e uma ética, sua noção mais fundamental é “a filosofia do ‘Nós’”, segundo o filósofo sul-africano Mogobe Bernard Ramose. Em termos coletivos, o ubuntu se manifesta nos princípios da partilha, da preocupação e do cuidado mútuos, assim como da solidariedade. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogobe-ramose>>. Acesso em: 25 set. 2021.

6.3. UMA DUPLA IMPORTANTE: MODELOS DE TOMADA DE DECISÃO COLETIVA E FORMAS DE GOVERNANÇA

É na luta, a formação acontece na roda, você vai entendendo o que você está fazendo ali nas formação de base, entendeu? Não precisa de você ler um estatuto, você vai entendendo, e a coisa vai formando aquela sinergia. M. L.

Sejam elas orais, escritas, formais ou informais, toda coletividade possui suas regras, explícitas ou implícitas. Mais do que um regime de direitos, construir uma comunidade é sobre corresponsabilização, sobre deveres. Ou, como dizem Laval e Dardot (2017): “a atividade humana é sempre coatividade e coobrigação, cooperação e reciprocidade”.

Aqui, juntei dois dos princípios de Elinor Ostrom (1999), o segundo, que afirma o que já mencionei neste texto: não existe a ideia neoliberal de “um tamanho que serve para todos” e, portanto, as regra e os acordos devem se adequar às circunstâncias locais, ditadas pelas pessoas que compõem o corpo coletivo. Como muitas das coletividades que ela analisou eram ligadas à gestão de recursos naturais, além da comunidade local, ela defendia que levar em conta as necessidades ecológicas também era parte fundamental para a criação das regras. Já o terceiro princípio de Ostrom (1999) nos diz que a tomada de decisão participativa é vital. “Existem várias maneiras de fazer isso acontecer, mas as pessoas estarão mais propensas a seguir as regras se tiverem ajudado a escrevê-las. Envolve o máximo de pessoas possível na tomada de decisões.³⁴”

Muitas coletividades possuem variadas formas de governança e tomadas de decisão que envolvem tradições passadas oralmente, assembleísmo, votação, experimentação, dinâmicas sociais, decisão por consenso. Isso porque os contextos são bem diferentes na relação entre cultura e estrutura e emergem muitas vezes da reciprocidade e da confiança. O Fazer-Comum que aqui se revela não faz uma defesa cega de nenhum processo específico de tomada de decisões. Sabemos que muitas vezes, em uma visão distanciada, autogestão ou organizações coletivas parecem precisar ser sinônimos de horizontalidade para ter alguma validade. Nos movimentos sociais da chamada nova esquerda, essa tem sido uma busca renovada, embora não seja nova. Nos coletivos da Política

Prefigurativa, exercer a decisão baseada em consenso e em assembleias passou a ser muito comum, como no movimento Occupy Wall Street ou no 15M de Madrid.

Para a pesquisadora Francesca Polletta (2002), isso se deve também a um aprendizado que foi se somando ao longo dos anos. Pesquisando sobre democracia participativa nos movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, ela conclui que os novos movimentos sociais, de certa forma, são uma versão muito diferente da democracia participativa da década de 1960.

Ninguém mais acredita que as decisões sempre podem ser tomadas por consenso estrito. Os ativistas se sentem mais confortáveis com as regras, menos hostis ao poder e mais sintonizados com as desigualdades ocultas nas relações informais.

34 Appendix D: Elinor Ostrom's Eight Design Principles for Successful Commons and Commoning Tools. In: Silke Helfrich e David Bollier. Free, Fair and Alive: the insurgent power of the commons. New Gabriola Island: Society Publishers, 2019. Tradução da autora.

Mas, ao escutar formas diferentes de organização, vemos que a hierarquia se expressa de maneiras diferentes. Nenhum espaço está isento de desigualdades. A questão é quais ferramentas podem ser utilizadas para tentar ao máximo reduzi-las por meio da prática. A seguir, listo algumas tecnologias de tomada de decisões desenvolvidas pelas experiências escutadas, enfatizando que não são exclusivas e muitas vezes acontecem paralelamente na mesma coletividade.



- assembleias com sistema de voto, em que a maioria vence
- assembleia por consenso, em que o diálogo se estende até que todos estejam de alguma maneira convencidos
- rotatividade dos cargos diretivos, normalmente com um ou dois anos de mandato
- eleições para escolha dos cargos diretivos
- camadas diversas de tomadas de decisões com relativa autonomia, como núcleos, grupos de trabalho, coordenações
- façocracia: quem doa mais tempo ganha mais espaço dentro do coletivo
- reuniões abertas e frequentes
- planejamentos anuais ou semestrais com a participação de todos

L. P. nos conta que, em seu povo, quando você é escolhido para ser governador ou uma liderança espiritual, não se pode recusar, porque trata-se de um serviço a ser prestado por você àquela coletividade.

Os líderes espirituais nascem, digamos que existe um mandato em que a própria natureza lhes destina, desde que está no ventre, de que vai ser um ser espiritual e que tem seu mandato no núcleo comunitário como uma pessoa que vai guiar espiritualmente, que vai fortalecer espiritualmente. E as autoridades já territoriais são eleitas unanimemente pela coletividade. No caso do nosso povo, as autoridades são eleitas pelo povo e por obrigação devem ser aceites. Ou seja, você não diz “eu quero ser” e acho que isso é um pouco da diferença que temos com o resto das autoridades governamentais, porque nós desde nosso processo étnico o que fazemos é o povo olha, observa, observa quem tem compilado, quem tem claro as diretrizes do povo, observa quem são as pessoas que vão guiar, que tipo de decisão têm, digamos que fazem um tipo de scanner a todas as pessoas e o povo as elege unanimemente, e você deve aceitar porque se diz que se trata de um mandato ancestral e cultural, e você não pode recusar esse mandato e aceitar e assumir sem qualquer tipo de remuneração, não há recursos aqui, não são pagos, digamos que é mais um processo de serviço cultural e, como se diz aqui, é como uma dívida que temos com o povo, com o coletivo. Então se decide unanimemente quem é e se dá o serviço, toda a diretriz é guiada e algumas decisões que são feitas cabem a esta pessoa, que no nosso caso é o governador como a autoridade máxima. Geralmente todos têm mais de 50 anos. Porquê? Por conta da experiência, porque aos 50 anos de idade já viveu um pouco mais, porque nessa idade já tem, tipo, a maior parte do conhecimento.

Essa lógica de serviço também é premissa para a cooperativa de produção agrícola onde I. W. trabalha. Uma pessoa pode ser eleita coordenadora mesmo que não se candidate. Em ambos os casos, essa prática está prevista no regimento, e os processos de escolha são feitos em assembleia. No caso do cooperativa, por meio de votação; e no caso de L. P., por consenso.

Uma característica importante é a possibilidade de aprender e aprimorar os processos. No movimento do qual J. G. faz parte – que começou com a organização de um evento e depois foi se entendendo como algo contínuo –, no momento da entrevista, o coletivo estava fazendo um regimento interno,



baseado nos erros, nos conflitos e nos acertos dos últimos anos. A necessidade do regimento foi colocada como um amadurecimento do coletivo.

O coletivo de C. P. não tem um regimento, mas uma carta de princípios, que orienta ética e politicamente as ações e à qual as integrantes podem recorrer. L. H. e I. E. destacam que ambos são importantes, tanto os acordos escritos quanto os tácitos. Isso porque os processos coletivos são dinâmicos e, portanto, a palavra escrita fica como um ponto de partida. Daí, a importância de rever os acordos em temporalidades que também são definidas de acordo com a necessidade. Na cooperativa de I. W., por exemplo, recentemente alteraram a composição da diretoria colegiada para acrescentar um membro mais jovem, representante da segunda geração de trabalhadores cooperados. Já L. P. foi feita governadora mesmo sendo mulher e mais jovem do que os 50 anos que são normalmente o padrão.

Estar presente, trabalhar para a coletividade e participar parecem ser princípios generativos de poder e legitimidade. São formas de demonstrar compromisso e envolvimento, mas também de determinar qual é a troca que se está estabelecendo, saindo portanto do campo da moral, em que trabalhar pelo coletivo é algo bom, e adentrando o campo da troca, do intercâmbio, da interdependência, da necessidade, da reciprocidade e da materialidade da vida.

O processo de construção de governança nas organizações coletivas é generativo, e não prescritivo. Acontece também na prática, fazendo. Por isso, a abertura para revisões é importante. Aprendizagem, escuta, comunicação, diálogo, transparência e paciência parecem ser valores essenciais para essa construção contínua, assim como uma atenção permanente para os privilégios e os pontos de vista de cada pessoa implicada.

6.4. DISCORDAR É PRECISO

Siempre buscamos llegar al consenso, aunque a veces no es tan fácil de llegar ahí. Entonces, si estás en desacuerdo con algo, la mejor forma sería la asamblea, porque ahí, de forma colectiva, lo podemos hablar. La otra forma es el grupo articulador, que también es como el cuerpo de cuidado del colectivo. Es acercarte al grupo articulador y decir: “mira, no estoy de acuerdo con tal y tal”, y se puede como ir dialogando, no? Otra forma: tenemos un WhatsApp conjunto donde estamos todas y todos. Y pues sí, también, cuando hay necesidad, hemos generado también espacios de transformación de conflictos. Cuando ya es un asunto un poco más trabado, más profundo, que no podemos en una asamblea entre todos, dialogar y resolver. Y también decirte que hay desacuerdos que nunca se resuelven. Porque otra cosa que aprendimos para poder construir entre personas diversas es que también construimos de formas distintas. O sea, yo no estoy de acuerdo con algunos enfoques que tienen otros compañeros y compañeras y a lo mejor no están de acuerdo con el enfoque de trabajo que tenga yo. Pero hemos aprendido a convivir en la misma casa. Entonces, eso es lo otro, no? No todos los desacuerdos los resolvemos. Si los expresan, los reconocemos y nos agradecemos por existir mutuamente bajo el mismo techo, que es la red, no? I. E.

Se não há Comum sem caminhar, não existe Fazer-Comum sem que nossas diferenças se aflorem, de maneiras diversas. A questão não é se vai haver divergências, mas como cada coletividade constrói suas formas de resolução, apaziguamento ou acolhimento de discordâncias e conflitos, a depender também da sua natureza, do seu contexto e das relações de poder.

Além de se expressar e, eventualmente, se opor na assembleia, na roda ou nos grupos de redes sociais, uma tecnologia utilizada em mais de uma experiência que ouvi foi a construção de grupos de trabalho de acolhimento e cuidado, que serve tanto para prevenir e mediar os conflitos quando eles transbordam as instâncias participativas quanto como um espaço de confiança e escuta para questões mais sensíveis.

Em muitos coletivos, existem códigos de conduta para que as violências que emergem das muitas desigualdades possam ser prevenidas, vigiadas e acompanhadas. “Uma pessoa adoecida no coletivo adoce o coletivo todo. E quando a gente percebe nem sabe onde a confusão começou, mas está aquela confu-

são começou, mas está aquela confusão generalizada.” J. G.

As condições socioeconômicas também influenciam os conflitos que emergem dentro das comunidades. Isso pode ser exemplificado com a história que me contou uma das entrevistadas sobre uma mulher que usou o nome do coletivo para captar recursos e sumiu. Nesse caso, houve uma grande discussão sobre formas de sanção, mas chegou-se à conclusão de que não condizia com os valores do movimento acionar a polícia, sabendo do contexto de exclusão que a mulher vivenciava em várias camadas. Mas elas aproveitaram o episódio para amadurecer as diretrizes relacionadas a quem, como e quando é possível falar em nome do movimento e captar recursos.

Existem, ainda, relações de poder e violências embutidas em determinadas relações de gênero, de raça e de classe. Por isso, é tão importante colocar o cuidado como parte fundamental da construção do Comum. Se, como nos ensina J. G., uma pessoa é capaz de adoecer um coletivo, é verdade que um coletivo também pode curar feridas e pessoas.

Segundo Antonio Lafuente³⁵, o cuidado, ou melhor, os cuidados, têm a ver com todas as práticas que levam à reparação ou à manutenção da vida. Possuem relação com o que há de mais simples e comum: dar comida, fornecer aconchego, produzir bem-estar, manter a conversa, ouvir o incabível ou inusitado, oferecer esmero, sentir o futuro, experimentar com os outros, fazer coisas juntos, desfrutar as nuances, acompanhar processos e criar espaços seguros. Como no mundo são abundantes a dor, o desconsolo, o desabamento, nada é mais necessário do que oferecer confiança, paz e tempo.

O cuidado talvez seja o que diferencia o Comum de uma grupalidade que se orienta pelo lucro ou pela produtividade. Se colocamos a relação no centro, o conflito segue existindo, mas mediá-lo passa a ser fundamental para o processo do comunhar e é esse cuidado que vai orientar as decisões. No Instituto Procomum, dizemos que o cuidado pavimenta, dá sustento à prática do Comum. São muitas as naturezas dos conflitos. Algumas experiências comuns são, por exemplo, no caso do movimento de moradia, pessoas que escutam som alto e problemas de relacionamentos interpessoais, como discussões entre

vizinhos ou brigas de casais dentro das ocupações. Na cooperativa, há discussões entre os cooperados e os coordenadores relativas às discordâncias de visão sobre o trabalho. A escuta e a transparência são chaves nesses processos. É importante, portanto, que as pessoas saibam os acordos, os limites éticos, as possíveis sanções e a quem recorrer.

Quero dizer que mediar conflito não é separar briga, não é tomar postura por um ou por outro, ter lados, mediar conflito é conversar, escutar, é ter posicionamento sim, claro, né? E nós temos também. Dependendo do caso, entra o atendimento individualizado, onde a gente encaminha se for um caso psicológico, [...] a gente procura sempre entender a família, procurando ver qual é o seu problema. C. S.

Às vezes, os conflitos não possuem solução. A depender do seu tamanho, o conflito pode levar à saída de algum integrante e até mesmo ao fim de uma coletividade, embora, no recorte deste trabalho, todas as coletividades têm pelo menos seis anos de existência.

As formas de sanção também variam. Em casos como a cooperativa, o que se faz é descontar em horas de trabalho. Em uma das comunidades indígenas que escutei, por ser autônoma e ter suas instituições próprias, as sanções incluem prisões, trabalho comunitário e até mesmo um chicote, algo que L. P. diz ser uma herança colonial que, no seu tempo de governadora, ela suspendeu, mas que o atual governador eventualmente faz uso. Da mesma forma que o processo de tomada de decisões se dá em camadas, isso também ocorre com determinados tipos de desavenças ou conflitos.

Na pesquisa de Elinor Ostrom (1990), ela percebeu que era preciso ter uma forma rápida e barata de resolução de conflitos (o que se refere ao sexto princípio: mecanismos de resolução de conflitos), ao mesmo tempo em que era preciso aplicar sanções graduais (que se trata do quinto princípio). “O Comum não funciona com base na boa vontade, mas na responsabilidade.”³⁶

35 Antonio Lafuente. Elogio à potência cognitiva dos cuidados. Outras palavras, 15 maio 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/elogia-a-potencia-cognitiva-dos-cuidados/>>. Acesso em: 24 set. 2021.

36 Appendix D: Elinor Ostrom's Eight Design Principles for Successful Commons and Commoning Tools. In: Silke Helfrich e David Bollier. Free, Fair and Alive: the insurgent power of the commons. New Gabriola Island: Society Publishers, 2019. Tradução da autora.

7. Um Futuro Comum

“Nós somos o começo, o meio e o começo. E por isso nós existiremos para sempre, porque para nós não existe um fim. Sorrindo nas tristezas para comemorar a vida das alegrias, nós somos a gira da gira na gira. Nós somos a periferia. Salve.”³⁷

O chamado para o cuidado consigo e com outras pessoas é um chamado para a nossa humanização. A filósofa, ativista e feminista italiana Silvia Federici em várias de suas obras defende que o trabalho de cuidado, aquele que inclui a limpeza, o cuidado com as crianças e os enfermos, com a moradia, a alimentação – tudo aquilo sem o qual não conseguimos existir – é altamente concentrado em mulheres não brancas do sul global. Ele é o ponto zero da revolução. Ao longo de suas pesquisas e ativismos, Federici constatou o quanto o capitalismo necessita do trabalho não remunerado das mulheres para acumular valor e continuar existindo às custas da natureza e das comunidades. Não por acaso, neste trabalho e na maior parte das referências que pude pesquisar, as mulheres são maioria nas experiências de prefiguração do mundo e organização coletiva.

Para Federici (2020), Comum tornou-se uma das palavras-chave para a política transformadora em nossos tempos. “Precisamos nos libertar da interiorização das relações e valores capitalistas para que comunhar³⁸ defina não apenas nossas relações de propriedade, mas nossas relações conosco e com os outros. Em outras palavras, o bem comum não é um dado, mas um produto da luta.”

Ninguém é uma ilha, e não é diferente com essas coletividades. A maior parte delas se defende, ataca, coopera ou confronta o poder estatal e os agentes privados em diferentes níveis. O Comum diminui as crenças e as esperanças totalizantes depositadas no Estado ou no Mercado, mas isso não significa defender o Estado mínimo ou a ausência de políticas sociais e reparadoras.

Essas tramas que aqui tecemos, de luta, cuidado e autonomia, são indicativos de um futuro que já existe. As palavras de Nêgo Bispo, que frequentemente nos ensina sobre a circularidade da vida indicam que não existe um nós separado de eles. E se olhássemos para essas experiências mais demoradamente, entendendo como potencializar, expandir e promover esses saberes? Fortalecer os nós, deixando as pontas soltas para darmos novos nós, em um movimento que não tem fim, mas começa e meio e começo.

³⁷ Nêgo Bispo é uma das principais vozes do pensamento das comunidades tradicionais do Brasil. Morador do Quilombo do Saco-Curtume, no Piauí, ele é poeta, escritor, professor, ativista político e militante do movimento social quilombola e de direitos pelo uso da terra. É ainda um dos principais críticos do modo como os povos originários (Indígenas) e os povos afro-diaspóricos são tratados no Brasil.

³⁸ Tradução da autora. No original, Federici usa o termo *communing* onde se lê “comunhar”.

No Comum tratado aqui, falamos de caminho, processo, construção diária, de uma política que transforma socialmente e que produz igualdade e possibilidades de existência. Seguimos na busca por autonomia, suspensão, brecha, fissura, respiro, luta, expansão, vida cotidiana, cuidado. Festa.

Os conhecimentos não hegemônicos, os suls do mundo, as bordas com suas tradições, seus modos de viver, resolvendo problemas coletivamente, regenerando, inovando e produzindo beleza e vida nas condições mais difíceis têm muito a nos ensinar e nos inspirar para nos reencantarmos.

E, como nos ensina Luciane Ramos Silva³⁹, a equidade de poderes, de oportunidades e de dignidade social é uma premissa para o encantamento. Sem justiça, não há paz.

Axé!

39 Luciane Ramos Silva. Saber de si e se encantar. In: Instituto Procomum. (DES)Fazenda: o fim do mundo como o conhecemos. Disponível em: <<https://issuu.com/institutoprocomum/docs/defazenda>>. Acesso em: 22 set. 2021.>



CINCO PRINCÍPIOS PARA UM FUTURO COMUM:

1. Discordar e permanecer:
o cuidado é o que sustenta a coletividade
2. Construir acordos, definir limites e poder revisitá-los
3. Não existe ponto de chegada
(vem, que no caminho a gente aprende)
4. Atuar em rede é fundamental
(aja localmente, pense globalmente)
- 5- Experimentar é preciso (e depois, se possível,
sistematize as experiências e compartilhe-as)



8. Referências

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante; Editora Autonomia Literária, 2016.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. Reconstruir el sentido común disidente. Página 12, 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-222975-2013-06-25.html>>. Acesso em: 24 set. 2021.

BHAMBRA, Gurminder K. Postcolonial reflections on Sociology, Sociology, v. 50, 4 out. 2016, p. 960-966. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038516647683>>. Acesso em: 24 set. 2021.

BOGGS, Carl. Marxism, prefigurative Communism, and the problem of workers' control. Radical America, v. 11 (6), 1977, p. 99-122.

BOLLIER, David; HELFRICH, Silke. Free, fair and alive: the insurgent power of the commons. New Gabriola Island: Society Publishers, 2019.

CARMO, Íris Nery do. O rolê feminista: autonomia e Política Prefigurativa no campo feminista contemporâneo. cadernos pagu (57), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/HzCSGBVRvp94tk3Jwp99hzz/?lang=pt#>>. Acesso em: 24 set. 2021.

COMISSÃO Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CPPCT). Vazanteiro. Disponível em: <<http://portalydade.mma.gov.br/vazanteiros>>. Acesso em: 22 set. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. Verbete Abdias Nascimento. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359885/abdias-nascimento>>. Acesso em: 09 de setembro de 2021>. Acesso em: 24 set. 2021.

FEDERICI, Silvia. Re-enchanting the world: feminism and the politics of the Commons. Oakland: PM Press/Kairos, 2018.

FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. La asamblea y el campamento. Sobre la auto-organización de lo común. El Apantle – Revista de Estudios Comunitarios, n. 2,

FRESSOLI, Mariano; LAFUENTE, Antonio; PARRA, Henrique Zoqui Martins. Ciência cidadã e laboratórios cidadãos. Liinc em revista, v. 13, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3907/3229>>. Acesso em: 24 set. 2021.

FRIEDMAN, Thomas L. The Golden Straightjacket. In: The Lexus and the Olive Tree. New York: Anchor Books, 2000. p. 101-111.

GLASIUS, Marlies; ISHKANIAN, Armine. Resisting neoliberalism? Movements against austerity and for democracy in Cairo, Athens and London. Critical Social Policy, v. 38, 10 mar. 2018, p. 527-546. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0261018318762452>>. Acesso em: 24 set. 2021.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. Science, v. 162, n. 3859, 13 dez. 1968.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. Conversatório sobre o Bem Viver. Fundação Rosa Luxemburgo. Ponto de debate n. 4. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/conversatorio-sobre-o-bem-viver/>> Acesso em: 24 set. 2021.

INSTITUTO Procomum. Série A Lente do Comum. Disponível em:<<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz53SY9iZdF55YaAXY2S-kVlpIBi4623a>>. Acesso em: 22 set. 2021.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora Guerreiro; SANTORO, Paula Freire. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. Labcidade. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>>. Acesso em: 22 set. 2021.>

LAFUENTE, Antonio. Elogio à potência cognitiva dos cuidados. Outras palavras, 15 maio 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/elogio-a-potencia-cognitiva-dos-cuidados/>>. Acesso em: 24 set. 2021.

LINEBAUGH, Peter. The Magna Carta Manifesto: liberties and Commons for all. California: University of California Press, 2009.

MAECKELBERGH, Marianne. Doing is believing prefiguration as strategic practice in the Alterglobalization Movement. Social Movement Studies, v. 10, 2011.

MORAES, Alana; TARIN, Bruno; TIBLE, Jean (org.). Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12092.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. Literafro. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/1444-abdias-nascimento-quilombismo-um-conceito-cientifico-historico-social>>. Acesso em: 22 set. 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Uma história feita por mãos Negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

OSTROM, Elinor. Governing de Commons: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. Why Do We Need to Protect Institutional Diversity? European Political Science, v. 11, 2012, p. 128-147. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/eps.2011.37>>. Acesso em: 24 set. 2021.

OXFAM Brasil. O vírus da desigualdade. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

POLLETA, Francesca. Freedom is an endless meeting: democracy in American social movements, Francesca Polletta Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. Flecha no tempo. 1. ed. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2019.

SÁNCHEZ, Karen. ¿Qué és la minga indé y cuál ha sido su rol en las protestas en Colombia? Voz de América. Disponível em: <https://www.vozdeamerica.com/a/america-latina_minga-indigena-protestas-colombia/6073816.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

SANTOS, Juana Elbein dos. Os nagô e a morte. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

SAVAZONI, Rodrigo. O Comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: SESC, 2018 (Coleção Democracia Digital).

SILVA, Luciane Ramos Silva. Saber de si e se encantar. In: INSTITUTO Procomum. (DES)Fazenda: o fim do mundo como o conhecemos. Instituto Procomum, 2020. Disponível em: <<https://issuu.com/institutoprocomum/docs/desfazenda>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura. The rise of the global left: the World Social Forum and beyond. Londres: Zed Books, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. The Intervention Interview. Southern Humanities Review, Auburn, v. 22:4, fall 1988, p. 323-342.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 24 set. 2021.

VASCONCELOS, Sergio Sezino Douets. A união mística com o Orixá através da participação no Axé. Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-Minas, v. 11, n. 30, jun. 2013.

WALL, Derek. Elinor Ostrom's rules for radicals cooperative alternatives beyond Markets and States. London: Pluto Press, 2017.

WIKIPEDIA. Teoria do ponto de vista. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_ponto_de_vista>. Acesso em: 21 set. 2021.

WIKIPEDIA. Garret Hardin. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Garrett_Hardin>. Acesso em: 21 set. 2021.

YUVAL-DAVIS, Nira. Dialogical Epistemology: an intersectional resistance to the “Oppression Olympics”. Gender and Society, v. 26, n. 1, fev. 2012, p. 46-54.



